



**UnB**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MODALIDADE  
PROFISSIONAL**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA  
POLÍTICA INSTITUCIONAL EM TRÊS UNIVERSIDADES DO CENTRO-OESTE**

**BRASÍLIA**

**2025**

**FERNANDA ALMEIDA DOS REIS**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA  
POLÍTICA INSTITUCIONAL EM TRÊS UNIVERSIDADES DO CENTRO-OESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós- Graduação em Educação Profissional  
da Universidade de Brasília (UNB).

**BRASÍLIA**

**2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AR375a Almeida dos Reis, Fernanda  
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA  
POLÍTICA INSTITUCIONAL EM TRÊS UNIVERSIDADES DO CENTRO-OESTE  
/ Fernanda Almeida dos Reis; orientador Alcyone  
Vasconcelos. Brasília, 2025.  
105 p.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)  
Universidade de Brasília, 2025.

1. Assistência Estudantil. 2. Ensino Superior. 3.  
Permanência Estudantil no Ensino Superior. 4. Política  
Institucional. I. Vasconcelos, Alcyone, orient. II. Título.

**FERNANDA ALMEIDA DOS REIS**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR:  
UMA ANÁLISE DA POLÍTICA INSTITUCIONAL EM TRÊS UNIVERSIDADES DO  
CENTRO-OESTE**

**Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Alcyone Vasconcelos – PPGE- MP/UnB (Orientadora)

---

Prof. Dr. Bernardo Kipnis – PPGE- MP/UnB (Examinador Interno)

---

Prof. Dr. Breno Henrique Ferreira Cypriano – UFMG (Examinador Externo)

---

Profa. Dra. Girlene Ribeiro de Jesus – UnB (Suplente)

## DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Dedico esta conquista, antes de tudo, à minha amada mãe, dona Nete, minha rainha. Mulher nordestina, que, mesmo tendo tido pouco acesso à educação formal, sempre nos ensinou que o estudo é caminho de libertação. Em cada passo dado, em cada vitória alcançada, há um pouco da sua força e do seu amor.

Ao meu pai, seu exemplo constante de honestidade e esforço se tornou referência em minha vida.

Agradeço profundamente à minha companheira Beatriz, que desde o processo seletivo acreditou em mim. Com ela compartilho projetos, conquistas, a vida, e juntas construímos, a cada dia, o sonho de formar uma família.

À minha irmã Pamella, cuja presença me faz sentir especial e corajosa, e ao meu irmão Wannbaster, parceiro na paixão pela educação e pela busca incessante pelo conhecimento.

Aos meus sobrinhos: Louise, que com sua genialidade me inspira a crescer sempre, e Joaquim, que mesmo tão pequeno já me ensina sobre coragem e simplicidade da vida.

Aos colegas de trabalho, que dividem não apenas o cotidiano profissional, mas também os desafios que a vida acadêmica impõe.

À minha melhor amiga Bruna Lustosa, que mesmo trilhando outra área, nunca deixou de me encorajar.

Aos colegas de turma de mestrado, especialmente Aline Flores, Merula Afiune, Krisley, Regislane e Zulmira, pela parceria e apoio constantes, fundamentais para que esta jornada fosse possível.

Aos meus alunos e ex-alunos, razão de grande parte da minha evolução pessoal, profissional e acadêmica. Vocês me lembram, diariamente, que a escola pública existe, resiste e transforma.

À minha orientadora, professora Alcyone Vasconcelos, pela leveza com que conduziu este processo. Ao professor Bernardo Kipnis, cuja visão técnica e cordialidade foram fundamentais nesta caminhada. E ao professor Breno Cypriano, a quem nutro profunda admiração.

Por fim, este grau acadêmico carrega em si a gratidão infinita aos meus ancestrais e a esperança de que meus descendentes caminhem ainda mais longe, guiados pela força da educação.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Comparação entre a abordagem proposta pela TdM e o Modelo tradicional de avaliação .....	29
Quadro 2 – Variáveis utilizadas na pesquisa .....	38
Quadro 3 – Autodeclaração racial dos estudantes de graduação – UFG.....	42
Quadro 4 - Quadro de Critérios Comuns de Acesso às Políticas de Assistência Estudantil da UFG (2021–2025) .....	49
Quadro 5 – Auxílios da Política de Assistência Estudantil - UFMS.....	57
Quadro 6 – Critérios comuns para acesso e manutenção das políticas de assistência estudantil na UFMS – 2020 a 2025.....	61
Quadro 7 – População Universitária da UnB, 2019 a 2023 .....	64
Quadro 8 – Número de estudantes de graduação da UNB, distribuídos por Unidade Acadêmica, com matrícula ativa – 2023 .....	64
Quadro 9 – Alunos regularmente registrados nos cursos de graduação, por faixa etária e sexo - 2023.....	66
Quadro 10 – Número de estudantes atendidos pelas PNAES na UNB, por semestre letivo .....	71
Quadro 11 - Critérios comuns para acesso e manutenção das políticas de assistência estudantil na UNB – 2020 a 2024 .....	76
Quadro 12 – Características da Assistência Estudantil em três universidades do centro-oeste .....	78
Quadro 13 - Impacto da assistência estudantil sobre a evasão (2021–2024) .....	82
Quadro 14 - Síntese comparativa da estrutura e resultados da assistência estudantil nas universidades do Centro-Oeste.....	83
Quadro 15 – Aspectos específicos da Assistência Estudantil .....	85
Quadro 16 – Relação entre assistência estudantil, desempenho acadêmico e formação no período regular .....	86
Tabela 1 – Número de Estudantes com matrícula ativa em IES (públicas) na região centro-oeste .....	36
Tabela 2 – Número de Estudantes Matriculados em IES Públicas Federais .....	37

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 – Grau Acadêmico – UFG - 2025 .....	41
Gráfico 2 – Sexo dos estudantes atendidos pelas PNAES-UFG (ano de ingresso: 2020-2023).....	45
Gráfico 3 – Escola Pública – 2020-2023 - UFG .....	46
Gráfico 4 – Percentual do total de estudantes contemplados pelo PNAES / UFG, por programa .....	47
Gráfico 5 – Autodeclaração racial – UFMS - 2025 .....	52
Gráfico 6 – Modalidade de Ingresso - UFMS .....	53
Gráfico 7 – Grau Acadêmico - UFMS.....	54
Gráfico 8 – Percentual de estudantes atendidos pelas Políticas de Assistência Estudantil na UFMS – 2020-2024 .....	55
Gráfico 9 – Sucesso acadêmico dos beneficiários da assistência estudantil .....	56
Gráfico 10 – Distribuição étnico-racial da UnB, 2023 .....	67
Gráfico 11 – Distribuição de formas de ingresso na graduação da UNB (2023).....	68
Gráfico 12 - Número de estudantes atendidos pelas PNAES na UNB, por semestre letivo .....	71
Gráfico 13 – Distribuição racial de estudantes de graduação contemplados pelas políticas de Assistência Estudantil (UNB) em 2023 .....	73
Gráfico 14 - Estudantes beneficiados pela Assistência Estudantil (2022–2024).....	81

## RESUMO

A assistência estudantil constitui uma política pública importante, prevendo a concessão de subsídios que permitem aos estudantes manterem-se na universidade, bem como concluir os cursos de graduação. Avaliar e analisar a efetivação desses programas e o percentual de evasão possibilita uma compreensão mais ampla sobre como as universidades têm concebido as políticas de assistência estudantil e sua relação com a redução da evasão. Com base nisso, este trabalho tem por objetivo geral avaliar a relação entre a efetivação das políticas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os índices de evasão escolar em três universidades federais da região Centro-Oeste do Brasil, propondo estratégias, baseadas em evidências encontradas na pesquisa, para aprimorar a permanência estudantil. Em relação aos procedimentos metodológicos, busca-se analisar três universidades da região Centro-Oeste do Brasil: a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal de Goiás. Recorrendo à pesquisa documental, a partir de fontes secundárias, mediante análise dedutiva, propõe-se a elaboração de um relatório técnico considerando os dados obtidos no decorrer da pesquisa. Diante disso, pode-se observar que, embora cada instituição adote estratégias próprias, todas compartilham o propósito de mitigar desigualdades socioeconômicas e ampliar o acesso real à educação superior pública. A UFG destacou-se pela diversificação programática, oferecendo auxílios específicos como a Bolsa Canguru (voltada a estudantes com filhos) e programas direcionados a indígenas e quilombolas, o que demonstra um reconhecimento das vulnerabilidades interseccionais que ultrapassam a dimensão financeira. Por outro lado, a UFMS apresentou um modelo de focalização e monitoramento rigoroso, centralizado no Auxílio Permanência, com critérios de elegibilidade e acompanhamento contínuo, priorizando a eficiência e a racionalização dos recursos. Por sua vez, a UnB adotou uma estrutura dinâmica e adaptável, ampliando programas como creche e transporte e utilizando indicadores quantitativos de efetividade para monitorar resultados e redistribuir recursos de forma equitativa. Diante disso, verificou-se que as ações de assistência estudantil contribuem significativamente para o sucesso acadêmico, elevando os índices de retenção e diplomação entre beneficiários. Programas focalizados, como alimentação e creche, mostraram impactos consistentes, com taxas de diplomação superiores a 80% e até 100% em alguns auxílios específicos.

**Palavras-chave:** Assistência estudantil; Permanência estudantil no ensino superior; Evasão do ensino superior.

## ABSTRACT

Student assistance constitutes an important public policy that provides subsidies enabling students to remain at the university and complete their undergraduate courses. Evaluating and analyzing the implementation of these programs and the dropout rates allows for a broader understanding of how universities have designed student assistance policies and their relationship to reducing dropout. Based on this, the general objective of this study is to evaluate the relationship between the implementation of the policies of the National Student Assistance Program (PNAES) and the dropout rates in three federal universities in the Central-West region of Brazil, proposing strategies—based on the evidence found in the research—to improve student retention. Regarding the methodological procedures, the study analyzes three universities in the Central-West region of Brazil: the University of Brasília (UnB), the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), and the Federal University of Goiás (UFG). Using documentary research based on secondary sources and a deductive analysis, the study proposes the development of a technical report considering the data obtained throughout the research. From this analysis, it can be observed that although each institution adopts its own strategies, all share the purpose of mitigating socioeconomic inequalities and expanding real access to public higher education. UFG stood out for its program diversification, offering specific aids such as the Bolsa Canguru (aimed at students with children) and programs targeted at Indigenous and Quilombola students, demonstrating recognition of intersectional vulnerabilities that go beyond the financial dimension. UFMS, on the other hand, presented a focused and rigorous monitoring model centered on the Auxílio Permanência (Permanence Grant), with clear eligibility criteria and continuous follow-up, prioritizing efficiency and rationalization of resources. UnB, in turn, adopted a dynamic and adaptable structure, expanding programs such as childcare and transportation while using quantitative effectiveness indicators to monitor results and redistribute resources equitably. Thus, it was found that student assistance actions contribute significantly to academic success, increasing retention and graduation rates among beneficiaries. Targeted programs, such as food and childcare assistance, showed consistent impacts, with graduation rates exceeding 80% and reaching up to 100% in some specific aid programs.

**Keywords:** Student assistance; Student permanence in higher education; Dropout from higher education.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Evolução da Assistência Estudantil no Brasil .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Avaliação de políticas públicas.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 Teoria da mudança.....</b>	<b>26</b>
<b>2.4 As causas da evasão e a relevância da assistência estudantil na permanência dos estudantes no ensino superior e a conclusão .....</b>	<b>32</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>35</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>41</b>
<b>4.1 Universidade Federal de Goiás .....</b>	<b>41</b>
<b>4.2 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>51</b>
<b>4.3 Universidade de Brasília .....</b>	<b>63</b>
<b>4.4 Assistência estudantil: monitoramento da execução em três universidades do centro-oeste .....</b>	<b>77</b>
<i>4.4.1 A assistência estudantil em três universidades do Centro-Oeste .....</i>	<i>77</i>
<i>4.4.2 Impactos da assistência estudantil na permanência e conclusão do curso de graduação .....</i>	<i>84</i>
<i>4.4.3 Assistência estudantil e permanência: experiências e boas práticas de gestão.....</i>	<i>87</i>
<i>4.4.4 Soluções e Indicadores para o Fortalecimento da Permanência.....</i>	<i>89</i>
<b>5. PRODUTO TÉCNICO .....</b>	<b>91</b>
<b>1. Apresentação .....</b>	<b>91</b>
<b>2. Introdução teórico-conceitual .....</b>	<b>91</b>
<b>3. Fundamentação e relação com a pesquisa.....</b>	<b>92</b>
<b>4. Objetivos.....</b>	<b>92</b>
<b>5. Metodologia de elaboração do plano.....</b>	<b>93</b>
<b>6. Estrutura do plano integrado .....</b>	<b>94</b>
<b>7. Indicadores institucionais e painel de monitoramento.....</b>	<b>95</b>
<b>8. Protocolo de gestão e fluxo operacional.....</b>	<b>95</b>
<b>9. Cronograma ampliado .....</b>	<b>96</b>
<b>10. Aplicabilidade e viabilidade institucional.....</b>	<b>96</b>
<b>11. Sustentabilidade e replicabilidade.....</b>	<b>96</b>

<b>12. Referências normativas e legais .....</b>	<b>97</b>
<b>13. Considerações finais .....</b>	<b>97</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação como um direito social foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Embora, conforme observa Zago (2006), houvesse outras iniciativas e políticas públicas voltadas para democratizar o acesso à educação, evidencia-se que tais medidas não apresentavam um caráter universal, o que corroborou significativamente para que determinados grupos sociais fossem excluídos ou tivessem seu acesso dificultado.

Nesse sentido, pode-se destacar que, ao prever a educação como um direito social e, portanto, universal, esse processo de universalização da educação favoreceu a constituição de políticas públicas voltadas para ampliar o acesso, considerando as especificidades e características da sociedade brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assim conhecida como Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresenta em seu artigo 3º que o ensino tem por objetivo a igualdade de condições para o acesso, a permanência, a liberdade, o pluralismo, o respeito à liberdade e à tolerância, entre outros (Brasil, 1996).

Conforme argumentam Nierotka e Trevisol (2016), a preocupação da legislação não estava apenas voltada para a constituição de formas de acesso à educação, mas também para a permanência dos estudantes no ensino. No entanto, evidencia-se que essa preocupação, baseada, inclusive, na mobilização política dos movimentos sociais, corroborou para o estabelecimento de uma agenda pública que objetivou a ampliação do acesso, especificamente para grupos sociais antes excluídos (negros, indígenas, quilombolas, pessoas de baixa renda).

De acordo com Bergamaschi, Doebber e Brito (2018), esse cenário começa a se modificar, sobretudo no contexto do ensino superior, a partir de 2003, quando os debates políticos acerca da inclusão se materializam em políticas públicas, como o ProUni, Enem, Reuni, entre outros. Dessa maneira, evidencia-se a constituição de “ações e programas governamentais que passaram a atuar na criação de uma agenda de expansão e de interiorização do acesso ao ensino superior” (Zago; Paixão; Pereira, 2016, pp. 148-9).

Assim, destaca-se o surgimento de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2004, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

(FIES), em 2010. Nesse contexto, segundo Zago, Paixão e Pereira (2016), tais políticas contribuíram para a constituição de um processo de redução das desigualdades de acesso ao ensino superior, de modo a criar condições ou “facilidades” para o ingresso de grupos sociais anteriormente excluídos.

Esses programas representam uma mudança na configuração do ensino superior brasileiro, sendo possível perceber, de acordo com Scher e Oliveira (2020), uma transformação mais intensiva no âmbito da educação pública. As universidades foram expandidas, seja em termos de campi, cursos, docentes e, sobretudo, de vagas. A ampliação das políticas de acesso, embora tenha sido extremamente importante para uma mudança no panorama da educação superior, trouxe à tona outro desafio, isto é, a permanência desses estudantes.

Verifica-se que, embora a LDB, conforme mencionado anteriormente, tenha previsto a elaboração de políticas que, além de garantir o acesso, visassem a constituição de ações voltadas para a permanência, condições específicas dos estudantes, como a desigualdade econômica e social, a necessidade de conciliar trabalho e estudos, a locomoção, alimentação, entre outros fatores, favoreceram a evasão no ensino superior.

Em face desse problema, constata-se a promulgação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de implementar ações voltadas para ampliar as condições de permanência na educação superior federal. O programa teve como objetivos, segundo o artigo 2º: “I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais nas permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de evasão; e IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2010).

A constituição de políticas de assistência estudantil voltadas especificamente para a permanência dos estudantes contribuiu, segundo argumentam Rocha e Miranda (2009), para que os grupos sociais que tiveram a possibilidade de ingresso na universidade fossem também incentivados a continuar seus estudos. Ao longo de 15 anos, desde a implementação da política, diversos pesquisadores têm se debruçado sobre as avaliações e os diagnósticos relacionados à sua efetividade na redução da evasão no ensino superior.

Acerca disso, pode-se considerar, por exemplo, a pesquisa de Mayorga e Souza (2012), que evidenciou que a existência de dificuldades financeiras é o principal fator para a evasão escolar. Concomitantemente, a pesquisa de Jesus (2016), ao avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais, apontou que as barreiras burocráticas impostas pelo programa acabam dificultando o acesso dos estudantes aos auxílios, o que, a longo prazo, corrobora para um aumento da evasão.

Ademais, a pesquisa de Ribeiro (2020) consistiu em avaliar os limites e as possibilidades do PNAES na Universidade de Brasília. O estudo demonstrou que, embora seja importante a existência do programa, as ações precisam ser ampliadas de modo a alcançar de forma efetiva os estudantes em situação de vulnerabilidade social. A integração das ações de assistência estudantil e a construção de programas inter-relacionados podem auxiliar na ampliação da efetividade do programa. Esse processo justifica-se, sobretudo, porque as universidades dispõem de dificuldades (orçamentárias e estruturais) em oferecer mais de um auxílio para os estudantes, o que, segundo Ribeiro (2020), pode contribuir para a pouca efetividade das políticas de assistência estudantil.

Embora tais pesquisas tenham uma relevância inquestionável para analisar a efetividade da política, ainda permanece uma lacuna analítica referente à realização de análises comparativas sobre a implementação dessas políticas e a manutenção da permanência dos estudantes em diferentes universidades.

A efetivação das políticas previstas no PNAES depende da existência de diversos fatores, conforme apresentado pelas pesquisas mencionadas. Nesse sentido, destacam-se a mobilização e o recebimento de recursos, a existência de redes institucionais de assistência, os critérios de concessão, a avaliação das condições de vulnerabilidade estudantil e as características específicas das universidades. Esses elementos permitem as universidades implementarem as políticas de assistência estudantil, considerando não somente o orçamento do qual dispõem, mas também as características específicas dos estudantes.

Diante desse panorama, verifica-se que as universidades precisam estabelecer formas diferenciadas de efetivação do programa, considerando as suas especificidades, ou seja, o número de estudantes matriculados, as principais carências, entre outros. Avaliar e estabelecer análises da efetivação desses programas e ao percentual de evasão possibilita uma consideração mais ampla sobre

como as universidades têm concebido a existência de políticas de assistência estudantil e a redução da evasão.

Imperatori (2017) pontua que, a assistência estudantil supre carências de cunho material e financeiro do aluno, bem como visa proporcionar o acesso nas mesmas vantagens sociais entre os indivíduos. Portanto, este estudo justifica-se diante da relevância que as tratativas abordadas apresentam aos agentes responsáveis pelo funcionamento do sistema educacional, de gestão e estudantes. Trata-se de um assunto importante para a esfera acadêmica, profissional e social, por considerar os programas existentes nas comunidades em que se vinculam as universidades estudadas, visto que aponta um panorama sobre as políticas públicas que objetivam a inibir a evasão no ensino superior e proporcionar a permanência dos educandos, através da assistência estudantil com ênfase nos aspectos sociais.

Este trabalho tem como objeto de pesquisa o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), onde se pretende analisar, realizar um diagnóstico e propor ações, baseadas nas evidências encontradas, de modo que seja possível aprimorar a política. Considerando o objeto de pesquisa, o trabalho tem como questão central: Qual é a relação entre a efetivação das políticas de assistência estudantil das universidades federais da região Centro-Oeste do Brasil e a evasão escolar?

Como questões auxiliares, este trabalho indaga: Como a distribuição diferenciada de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, em três universidades do Centro-Oeste, afeta os índices de evasão estudantil? Quais são as principais razões para a evasão nas universidades do Centro-Oeste, ou seja, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal de Goiás?

De acordo com dados do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 2024, a região Centro-Oeste do Brasil conta com oito (8) universidades federais, distribuídas em três (3) estados e no Distrito Federal. As universidades que concentram mais estudantes, segundo o Censo da Educação Superior de 2023, são: I – a Universidade de Brasília, com 41.211 estudantes de Graduação e de Pós-graduação matriculados em 3 campi; II – a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com 25.266 estudantes matriculados em 10 campi; e III – a Universidade Federal de Goiás, com 18.276 estudantes matriculados em 3 campi.

A pesquisa foi realizada por meio de análise documental: dados fornecidos pelas instituições e pelo Censo da Educação Superior, o qual é realizado anualmente pela Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diante disso, este trabalho tem por objetivo geral avaliar a relação entre a efetivação das políticas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os índices de evasão escolar em três universidades federais da região Centro-Oeste do Brasil, propondo estratégias, baseadas em evidências encontradas na pesquisa, para aprimorar a permanência estudantil.

Como objetivos específicos, busca-se: analisar a distribuição dos recursos do PNAES nas universidades federais da região Centro-Oeste e identificar possíveis impactos nos índices de evasão escolar; identificar as principais razões para a evasão escolar nas três maiores universidades públicas da região Centro-Oeste: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; realizar comparações entre as políticas de assistência estudantil das três universidades para identificar boas práticas que possam ser replicadas ou adaptadas a outras IES da região.

Desse modo, parte-se da hipótese de que a desigualdade na distribuição dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) entre as universidades federais da região Centro-Oeste impacta diretamente os índices de evasão estudantil. Nesse sentido, supõe-se que universidades com maior disponibilidade de recursos apresentam menores taxas de evasão, uma vez que conseguem oferecer um suporte mais amplo aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, considera-se que a permanência dos estudantes beneficiados pelo PNAES não depende exclusivamente da assistência financeira, mas também da implementação de políticas integradas de suporte acadêmico e psicossocial. Dessa forma, acredita-se que universidades que adotam estratégias complementares, como acompanhamento pedagógico e atendimento psicológico, apresentam melhores índices de retenção estudantil, garantindo maior efetividade das políticas de assistência e promovendo a inclusão no ensino superior.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo dedica-se a apresentar e analisar os aspectos teóricos que orientam a pesquisa. Na primeira seção, busca-se apresentação a evolução da assistência estudantil no Brasil, esquadrinhando o desenvolvimento dessa política e a construção do ensino superior. A segunda seção analisa os instrumentos e ferramentas existentes na avaliação da políticas públicas, destacando seus elementos e destacando suas aplicações. Em sequência, a terceira seção dedica-se a abordar a teoria da mudança e sua relação com as políticas públicas, apresentando seus pressupostos teóricos e analíticos. Por fim, na quarta seção, volta-se para analisar as causas da evasão no ensino superior e a importância da assistência estudantil para a conclusão dos cursos de graduação.

### **2.1 Evolução da Assistência Estudantil no Brasil**

A assistência estudantil no Brasil é um objeto de pesquisa que tem mobilizado um conjunto multidisciplinar de áreas. Reconstruir o percurso de construção de uma política centralizada, como a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), possibilita considerar não apenas o desenvolvimento institucional das políticas voltadas ao ensino superior público, mas também os aportes existentes em termos de acesso e permanência de estudantes de graduação.

Nesse sentido, pode-se observar, a partir de Vasconcellos (2010), que o ensino superior esteve ligado, ao longo de sua constituição, a um espaço restrito à construção e à formação das elites nacionais. O objetivo, segundo a autora, seria capacitar intelectualmente uma elite que pudesse intervir na realidade social e na política. Em busca de construir um projeto de desenvolvimento nacional, fundamentado na construção de uma força de trabalho capacitada, pode-se evidenciar, sobretudo a partir da década de 1950, um aumento no número de universidades públicas e privadas, que corroboraram para um contexto, segundo a autora, favorável à ampliação do ensino público em todos os estados brasileiros.

O desenvolvimento das universidades brasileiras acompanhou o desenvolvimento da sociedade brasileira. Estrada (2014), por exemplo, observa que, embora a década de 1950 tenha ampliado o número de universidades, é somente a partir da década de 1970 que ocorre, efetivamente, um aumento no número de

estudantes, passando de 300 mil matrículas em 1950 para quase 1,5 milhão em 1970.

Observando esse fenômeno, Vasconcellos (2010, p. 603) argumenta que:

A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças também aconteceram no exame de seleção. As provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha. Esse aumento expressivo, sem adequado planejamento, resultou em uma insuficiência de fiscalização por parte do poder público, uma queda da qualidade de ensino e a imagem “mercantilista” e negativa da iniciativa privada, que persiste até hoje [2010], ao contrário do que prega a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, de 1968 (Lei n. 5.540/68).

Vê-se, nesse período (1950-1970), uma ampliação do acesso à universidade, considerando não somente a expansão dos campi, mas também a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e, fundamentalmente, o aumento no número de matrículas. Embora se evidencie um crescimento expressivo na matrícula na universidade pública brasileira, destaca-se que esse processo, em termos de assistência estudantil, não foi contemplado por políticas públicas.

Além disso, a ausência de políticas de inclusão e de ações afirmativas nas universidades brasileiras contribuiu para a manutenção de um perfil estudantil, em certo sentido, hegemônico. Esse cenário começa a se alterar a partir dos anos 2000, com o surgimento das primeiras iniciativas de ações afirmativas nas universidades públicas – tema que será discutido posteriormente.

Com relação à assistência estudantil, Melo (2013) argumenta que, após o fim da ditadura militar, a abertura democrática e a promulgação da Constituição Federal de 1988, um conjunto de direitos sociais, políticos, econômicos como, por exemplo, a educação, foram concebidos. Nesse contexto, a assistência estudantil foi idealizada no escopo das discussões sobre a construção de uma educação democrática.

No ensino superior, Vasconcellos (2010) aponta para a atuação de duas organizações: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). De acordo com a autora,

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão

escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa renda.

Tais esforços levaram à construção de uma perspectiva acerca da educação como direito fundamental. Nesse sentido, destaca-se o artigo 205 da Constituição Federal, que estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Esse entendimento, segundo Jucá (2021), compreende todos os níveis de ensino – desde a educação infantil até o ensino superior – são abordados, com atenção especial a áreas mais vulneráveis, como a educação inclusiva, os índices de escolarização no Brasil e a formação e trajetória profissional dos docentes. Além disso, questões ligadas ao financiamento são consideradas, com o objetivo de ampliar os investimentos federais na educação pública.

A partir da Constituição de 1988, verifica-se a obrigatoriedade do Estado em fornecer meios de ingresso e permanência dos alunos, apontando, segundo Melo (2013), para a formação de uma rede de assistência estudantil, sobretudo, a partir de organizações como o ANDIFES. Conforme avaliam Andrade e Teixeira (2017), embora a educação seja prevista como direito e o Estado tenha a obrigação de estabelecer meios igualitários de acesso, as políticas públicas implementadas na década de 1990 tornaram as iniciativas de assistência estudantil quase inexistentes no âmbito de uma atuação na esfera legislativa.

Nesse contexto, destaca-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como Lei n. 9394/96. Essa legislação previu, pela primeira vez, a necessidade de ações voltadas à permanência dos estudantes no ensino. O artigo 3º, inciso I, estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. No entanto, embora a permanência seja apresentada como um princípio, observa-se que, ao longo da legislação, não havia uma perspectiva explícita acerca de sua constituição e organização, sendo prevista como instrumento de deveria ser implementado para garantir a continuidade no ensino.

No âmbito do ensino superior, a Lei n. 9394/96 previa ações voltadas à assistência estudantil, mas, de acordo com Vasconcellos (2010), esse processo, que previa como elemento importante para a organização da educação no Brasil, e previa o estabelecimento de formas de permanência, mostrou-se incipiente, sendo restrito a

determinados grupos sociais e carecendo de programas efetivos e da destinação de recursos. A década de 1990, conforme argumentam Macedo e Abranches (2018), foi marcada pela ausência de uma política de assistência estudantil.

O desenvolvimento de uma política de assistência estudantil de forma estruturada e coordenada ocorre somente a partir de 2007, com a promulgação da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Na visão de Imperatori (2017, p. 294), o programa “trata-se de um marco histórico para a política de assistência, por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas IFES do Brasil”.

Desse modo, ao analisar a Portaria Normativa nº 39/2007, evidencia-se que a assistência estudantil passou a ser concebida como um processo mais amplo, buscando integrar diferentes áreas e contextos. Essa concepção permitiu que as ações desenvolvidas fossem ajustadas não apenas à realidade de cada instituição, mas também às especificidades do corpo docente e discente.

Conforme disposto no artigo 2º, o programa se efetivaria por meio de ações de assistência estudantil vinculadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, destinadas a estudantes de graduação presencial das IFES. Essas ações eram direcionadas a um conjunto diverso de áreas, incluindo, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (Brasil, 2007).

Ademais, é relevante considerar os artigos 3º e 4º da Portaria Normativa nº 39/2007, que dispõem sobre a organização das ações de assistência estudantil, bem como sua abrangência e os critérios para atendimento prioritário.

Art. 3o As ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente. § 1o As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. § 2o Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições de educação superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma do caput. Art. 4o As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio (Brasil, 2007).

Pode-se evidenciar que o PNAES tinha um compromisso com a inclusão social e a redução das desigualdades no acesso e permanência no ensino superior público. Em razão disso, o Art. 3º ressalta que as ações de assistência estudantil devem ser moldadas pelas especificidades das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), levando em conta as áreas estratégicas e as necessidades do corpo discente. Esse processo, segundo Imperatori (2017), reflete a flexibilidade do programa em atender às diversidades regionais e institucionais, promovendo uma abordagem descentralizada e contextualizada.

O § 1º reforça os objetivos centrais do PNAES, como a igualdade de oportunidades e a melhoria do desempenho acadêmico. Nesse contexto, ao destacar a necessidade de ações preventivas contra a repetência e a evasão decorrentes de condições financeiras inadequadas, a portaria reconhece os impactos estruturais das desigualdades socioeconômicas no percurso acadêmico dos estudantes.

O § 2º, por sua vez, destaca o papel das IFES na operacionalização do programa, assegurando que os recursos repassados sejam utilizados para implementar ações condizentes com as diretrizes estabelecidas. A referência aos critérios socioeconômicos no Art. 4º reforça a prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que permite às instituições adotarem critérios adicionais, como local de moradia, tempo de benefício, possibilidade de prorrogação. Essa estrutura demonstra um equilíbrio entre as diretrizes gerais e a autonomia das IFES, sendo essencial para atender à diversidade e complexidade do público-alvo do programa.

Para dar maior segurança jurídica ao PNAES, evidencia-se a conversão da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Entre as mudanças estabelecidas pelo decreto, destaca-se o estabelecimento de uma nova redação para o artigo 2º, que passou a vigorar da seguinte forma:

Art. 2º São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Nesse sentido, pode-se observar que, ao contrário da Portaria, o Decreto nº 7.234/2010 buscou apresentar de forma direta os objetivos do PNAES, especificamente no sentido de democratizar as condições de permanência, minimizar

os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência dos estudantes e reduzir as taxas de retenção e evasão, além de contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação.

Dessa forma, verifica-se, segundo Imperatori (2012), que ao definir de forma direta e explícita seus objetivos, o Decreto permitiu a constituição de novos critérios para a efetivação da política de assistência estudantil. Assim, destaca-se, por exemplo, a inclusão da condição de “estudante da rede pública” como um dos critérios para adquirir prioridade na assistência estudantil.

Ao mesmo tempo, pode-se destacar que as iniciativas advindas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, implementadas pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e a Política de Ações Afirmativas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) corroboraram significativamente para uma ampliação e diversificação do quadro discente e docente das universidades públicas brasileiras, prevendo a destinação de recursos para a ampliação de cursos de graduação, campi e formas de acesso e permanência.

Esse processo de ampliação e reestruturação, baseado em uma perspectiva de inclusão e igualdade, favoreceu significativamente a participação de grupos sociais que antes enfrentavam dificuldades no acesso ao ensino superior, ao ampliar as formas de acesso à universidade, como é o caso das Ações Afirmativas. Todavia, pode-se observar, a partir de Araújo (2019), que, embora tais medidas sejam extremamente positivas na ampliação do acesso, também suscitaram uma intensificação no problema da permanência estudantil, ensejando em uma demanda por uma estruturação da política que permitisse lidar com o novo contingente que ingressará na universidade pública.

Isso porque, segundo Araújo (2019), essas medidas de acesso e diversificação, por meio de ações afirmativas, exigiram uma maior destinação de recursos e a construção de novos programas e critérios para a assistência estudantil. No entanto, destaca-se, por sua vez, que a implementação da política de assistência estudantil, aliada às políticas de ações afirmativas e de expansão das universidades, serviu para construir um ambiente que não expressa apenas uma preocupação com o acesso dos estudantes, mas também com a permanência destes na universidade (Melo et al., 2024).

Por fim, em 2024, foi promulgada a Lei nº 14.914, que reestruturou e ampliou o PNAES, transformando-a em Política, deixando apenas de ser uma proposta de

política pública, sem uma regulamentação, para efetivamente ser coordenada, com destinação de recursos e implementação pelo poder público. A lei não apenas ampliou o público-alvo da política, incluindo estudantes de pós-graduação, mas também constituiu estratégias de atendimento prioritário, considerando as necessidades específicas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Além disso, a abrangência de ações da PNAES por meio de programas, conforme dispõe o artigo 4º.

Art. 4º A PNAES abrange os seguintes programas e ações: I - Programa de Assistência Estudantil (PAE); II - Programa de Bolsa Permanência (PBP); III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases); IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM); V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe); VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes); XI - Benefício Permanência na Educação Superior; (Brasil, 2024).

A orientação das ações, organizadas em programas como, por exemplo, o programa de moradia estudantil, permite que o direcionamento de recursos seja mais efetivo, buscando atender de forma particularizada os grupos sociais requerentes. Ao mesmo tempo, esse processo não destitui as IFES de autonomia na promoção e implementação de outras ações, de acordo com suas especificidades e características regionais.

Concomitantemente, é importante destacar o que observa o artigo 10, que não apenas estabelece critérios para a obtenção de bolsas, como é o caso da Bolsa Permanência, mas institui meios de controle. Para obter o auxílio, os estudantes devem estar regularmente matriculados, possuir renda familiar mensal per capita não superior a 1 salário mínimo, bem como não ultrapassar, para conclusão, dois semestres do tempo regulamentar. O limite para a conclusão é ampliado para quatro semestres no caso de indígenas e quilombolas.

O estabelecimento de critérios em relação ao limite temporal na concessão de bolsas e outros auxílios atua, sobretudo, na construção de meios que buscam também reduzir o tempo de permanência dos estudantes para além do tempo regulamentar. A pesquisa de Fernandes (2018) demonstrou que estudantes contemplados por políticas de assistência estudantil, sobretudo a bolsa permanência, possuem desempenho de 60% maior em comparação com estudantes não atendidos por tais políticas. Além disso, a pesquisa permite compreender que, para 98% dos estudantes

atendidos, o acesso à políticas de assistência estudantil é fator determinante para a continuidade na universidade.

Nesse sentido, percebe-se que a nova legislação não apenas atua no fortalecimento da assistência estudantil, mas prevê formas de controle e de concessão, prevendo a participação e a autonomia das IFES na elaboração e implementação de ações que visam à permanência estudantil.

Ao longo dessa seção, pode-se evidenciar a construção e implementação de uma política de assistência estudantil, que contribuiu para uma ampliação no acesso ao ensino superior mediante o favorecimento de grupos inseridos em contextos de desigualdades sociais e econômicas, para que possam adquirir formação superior. Dessa forma, torna-se importante analisar e compreender a efetividade da assistência estudantil na permanência dos estudantes.

## **2.2 Avaliação de políticas públicas**

A avaliação de políticas públicas é um processo sistemático e contínuo que visa examinar a eficácia, eficiência, impacto e relevância de programas e ações governamentais. A avaliação constitui uma ferramenta importante para assegurar que os objetivos sejam alcançados de maneira eficaz, promovendo o uso eficiente de recursos públicos e a melhoria constante das ações governamentais. Segundo Nogueira (2002), a avaliação deve incorporar critérios amplos, como relevância, efetividade, eficiência, sustentabilidade e impacto, para oferecer subsídios à reformulação e ao aprimoramento das políticas públicas e programas sociais.

No Brasil, a avaliação de políticas públicas tem desempenhado um papel muito importante em iniciativas de desenvolvimento social e redução das desigualdades. Conforme observado na cartilha produzida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2014), programas como o Bolsa Família, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as políticas de segurança alimentar foram submetidos a avaliações regulares para medir seu impacto. Essas análises permitem observar como as políticas públicas planejadas e monitoradas geram resultados, como a redução da pobreza extrema e a inclusão social de grupos historicamente marginalizados.

Em relação a avaliação de impacto, pode-se observar, segundo Batista e Domingos (2017), que essa abordagem busca identificar e mensurar os resultados diretos e indiretos de uma política pública. Nesse contexto, evidencia-se que por meio

de métodos como experimentos aleatórios, análises contrafactuais e estudos longitudinais, a avaliação de impacto se propõe a medir a eficácia de uma política ao comparar os resultados observados com um cenário em que a política não fosse implementada avaliando seus impactos. Dessa forma, evidencia-se que essa abordagem é utilizada para avaliar programas sociais como, por exemplo, o Bolsa Família, onde busca-se mensurar o impacto na redução da pobreza e na frequência escolar (Batista; Domingos, 2017; Gertler, et al. 2018).

A análise custo-benefício, conforme argumenta Boschetti (2009), avalia se os benefícios de uma política pública superam, ou igualam, os seus custos. Essa técnica permite determinar a viabilidade econômica de políticas e programas, permitindo que mudanças de rumo sejam executadas, caso necessárias. No caso de programas educacionais, como o PNAES, essa análise permite mensurar o retorno social dos investimentos em assistência estudantil, como permanência dos estudantes, evasão de alunos vulneráveis, desempenho acadêmico, conclusão no tempo certo, entre outros.

Concomitantemente, evidencia-se a partir de Garcia e Santana (2020), que a avaliação formativa é realizada durante a implementação de uma política para identificar problemas e propor ajustes. Por meio de entrevistas, grupos focais e análises documentais, análise dados indicativos de resultados, estudos de caso, observação participante, entre outros métodos, essa abordagem ajuda a aprimorar a execução das políticas públicas, garantindo maior eficiência e alinhamento com os objetivos previstos.

Por outro lado, a avaliação somativa, realizada ao final de um programa ou política, tem por objetivo medir os resultados e impactos alcançados. Essa técnica é utilizada como forma de determinar a continuidade ou reformulação de políticas públicas, como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde são avaliados os impactos na segurança alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar como, por exemplo, o acesso a produtos alimentares, frequência de realização de refeições, possibilidade de se alimentar, entre outros (Garcia; Santana, 2020).

Além disso, pode-se evidenciar o monitoramento contínuo, que pode ser compreendida como uma técnica complementar que coleta e analisa dados regularmente durante a execução da política pública. Nesse contexto, verifica-se que essa perspectiva fornece informações importantes para ajustar estratégias e garantir que a implementação esteja alinhada com os objetivos estabelecidos na construção

da política, de forma mais próxima do objeto da política, ao contrário do que ocorre na avaliação formativa (Garcia; Santana, 2020).

Para a realização da avaliação, pode-se observar a incorporação de métodos de pesquisa, como o uso de abordagens participativas. Conforme argumenta Jannuzzi (2012), esse processo envolve a inclusão de beneficiários e atores locais no processo avaliativo. Essa técnica, destacada por Jannuzzi (2012), amplia a legitimidade e a efetividade das avaliações, considerando, sobretudo, as perspectivas e necessidades das comunidades impactadas pelas políticas.

Por fim, destaca-se o uso de estudos de caso, uma vez que essa técnica fornece uma visão profunda de como as políticas são implementadas em diferentes contextos. Essa abordagem permite, de forma distinta das abordagens apresentadas anteriormente, identificar boas práticas e barreiras enfrentadas, auxiliando na replicação de experiências bem-sucedidas em outras localidades (Trevisan; Van Bellen, 2008).

Diante disso, Cardoso, Cruz e Bezerra (2020) compreendem avaliação de políticas públicas não é apenas uma ferramenta de gestão, mas também representa, sobretudo, um mecanismo de fortalecimento da democracia. Dessa forma, verifica-se que, quando conduzida de forma transparente e inclusiva, a avaliação permite a ampliação do controle social, promovendo maior *accountability* e engajamento da sociedade civil.

Com base nisso, Trevisan e Van Bellen (2008), argumentam que a avaliação de políticas públicas é um importante instrumento para aprimorar a gestão pública, e através de suas conclusões, pode-se promover a justiça social e assegurar que as ações governamentais atendam às necessidades reais da população. A adoção de técnicas diversificadas e o compromisso com abordagens participativas e críticas são essenciais para maximizar os benefícios dessas avaliações e contribuir para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

### **2.3 Teoria da mudança**

A Teoria da Mudança (TdM), ou *Theory of Change*, é uma abordagem amplamente utilizada na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e projetos de desenvolvimento. Essa abordagem foi proposta por Carol Weiss (1995), professora da *Harvard Graduate School of Education*, nos Estados Unidos, pesquisa

educação e políticas públicas, sendo pioneira no estudo de avaliação de programas e políticas sociais.

De acordo com Weiss (1995), a TdM não se configura como uma teoria geral no sentido epistemológico, mas como uma ferramenta prática que permite mapear, de maneira clara e sistemática, os caminhos e as conexões que levam ao alcance de objetivos de longo prazo. Segundo a autora, teorias de mudança implicam uma forma de descrever uma série de pressupostos que buscam explicar tanto o passo a passo que leva a uma mudança social como as conexões entre as atividades realizadas e os resultados que ocorrem em cada momento de implementação da política.

Weiss (1995) aponta que, a falta de clareza sobre os passos a serem dados na busca por resultados, no contexto de avaliação da efetividade das políticas públicas e as mudanças apresentadas por estas, torna a avaliação desafiadora e acaba por menosprezar fatores relacionados ao impacto almejado, uma vez que não permite mensurar os resultados que se pretende obter.

Conforme observa Jacquinet (2021), sua aplicação está fundamentada na construção de um conjunto de suposições que explicam como as ações realizadas podem gerar resultados específicos, sempre considerando o contexto social, econômico e político em que se inserem. De acordo com Vieira et al. (2023, p. 4),

A TdM é um método que busca sistematizar o desenho de programas ou uma intervenção, partindo dos insumos que são necessários para sua ocorrência, passando pelas atividades da intervenção e produtos que serão ofertados ao público-alvo, chegando, por fim, aos resultados que a intervenção busca atingir, sendo que, para além da sistematização do desenho, a TdM serve como um direcionador para os processos de avaliação.

A Teoria da Mudança compreende, de acordo com Vieira et al. (2023), a articulação entre os resultados almejados e as ações necessárias para alcançá-los. Dessa forma, o ponto de partida é a definição de um objetivo final, que representa a mudança de longo prazo desejada, como a redução da pobreza, o aumento da inclusão social ou melhorias em indicadores educacionais. Esse objetivo é desdobrado em resultados intermediários, que indicam etapas específicas ao longo do caminho, como mudanças no comportamento, práticas ou condições sociais. Para cada resultado intermediário, delineiam-se atividades concretas, como capacitações, campanhas de conscientização ou transferências de recursos, que, por sua vez, são fundamentadas em suposições claras sobre a relação entre ações e impactos.

Ao mesmo tempo, Vieira et al. (2023) compreende que a TdM busca avaliar o desenvolvimento da política de estabelecer uma análise em relação as hipóteses lançadas no momento de sua consecução. Assim, verifica-se, por exemplo, se a implementação da bolsa permanência reduziu a evasão dos estudantes no ensino superior e permitiu a conclusão de curso. Isso implica em considerar, conforme a autora, se as hipóteses que motivaram o estabelecimento da política, foram alcançados a partir de sua implementação. Para este trabalho, por exemplo, a TdM permite, a partir de suas ferramentas, compreender se o estabelecimento de políticas públicas relacionadas à assistência estudantil corroboram a redução da evasão estudantil, bem como amplia a permanência regular dos estudantes no ensino superior e a conclusão do curso de graduação.

Nesse sentido, buscando estabelecer uma diferenciação entre o modelo tradicional de avaliação das políticas públicas e a TdM, Rezende (2012, p. 114) argumenta que:

A teorização tradicional é, portanto, centrada em análises que privilegiam o modo específico pelo qual causas exógenas produzem mudanças nas instituições. A mudança é, assim, concebida como ruptura, desvio, alteração em relação aos modelos de estabilidade, ordem e manutenção do status quo. Quer pela via incremental quer pela ruptura descontínua, as explicações tradicionais se constroem a partir da ação isolada ou combinada de dois mecanismos causais básicos: os processos de difusão (de ideias, políticas, tecnologias, por exemplo) e a ação de legados e sequências dependentes.

Conforme Vogel (2012), a abordagem tradicional estava fortemente limitada, sobretudo, pela sua inflexibilidade e impossibilidade de analisar políticas mais amplas e complexas. Segundo a autora, a abordagem tradicional de gestão de programas muitas vezes enfrenta desafios quando aplicada a problemas complexos. Esses problemas, caracterizados pela multiplicidade de fatores envolvidos, exigem uma análise mais profunda e uma ação mais colaborativa, já que nenhuma organização ou rede sozinha pode influenciar a mudança de forma eficaz.

O Quadro 1 apresenta uma diferenciação entre a abordagem tradicional e a teoria da mudança.

**Quadro 1 – Comparação entre a abordagem proposta pela TdM e o Modelo tradicional de avaliação**

<b>Critério</b>	<b>Teoria da Mudança (TdM)</b>	<b>Modelo Tradicional de Avaliação</b>
<b>Foco da Avaliação</b>	Examina os processos e condições necessárias para alcançar os resultados desejados.	Avalia apenas os resultados finais e impactos.
<b>Causalidade</b>	Identifica relações causais entre ações e mudanças esperadas.	Parte do pressuposto de que as ações levarão diretamente aos resultados.
<b>Engajamento de Stakeholders</b>	Envolve diversas partes interessadas na construção do modelo e na definição dos indicadores.	Geralmente conduzida por especialistas externos, com menor participação dos envolvidos.
<b>Indicadores de Sucesso</b>	Inclui indicadores intermediários para medir progresso ao longo do tempo.	Baseia-se em métricas finais, como eficiência e impacto geral.
<b>Flexibilidade</b>	Permite ajustes no percurso, à medida que novos aprendizados emergem.	Segue um plano fixo de avaliação, com pouca adaptação ao longo do processo.
<b>Transparência e Clareza</b>	Explicita os pressupostos sobre como e por que a mudança ocorrerá.	Nem sempre esclarece as hipóteses subjacentes ao processo.
<b>Aplicabilidade</b>	Utilizado para planejar e revisar intervenções continuamente.	Frequentemente aplicado apenas no final do projeto.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de Rezende (2012).

Além disso, problemas complexos são difíceis de prever, dada a sua natureza não linear. A dinâmica da mudança, em muitos casos, não segue uma trajetória fixa ou facilmente interpretável, o que torna as previsões e os planejamentos rígidos pouco eficazes. Dessa forma, esses problemas não podem ser completamente

compreendidos de maneira linear ou simplificada, pois envolvem uma série de variáveis interconectadas, que podem agir de maneiras imprevisíveis.

Ao mesmo tempo, constata-se que outro aspecto relevante é a presença de metas conflitantes em problemas complexos. Nesse sentido, Vogel (2012) observa, acerca da TdM, que diferentes atores e partes interessadas dispõem, muitas vezes, de pontos de vista divergentes, com interesses distintos que podem gerar compensações difíceis de administrar. Dessa maneira, essas metas conflitantes tornam o processo de implementação de soluções ainda mais desafiador, pois é necessário conciliar diferentes visões e prioridades, o que nem sempre é simples ou direto.

Por fim, abordagens tecnocráticas, que buscam resolver problemas com soluções técnicas isoladas e sem considerar as realidades sociais e políticas, mostram-se ineficazes em contextos complexos. O enfrentamento dessas questões exige uma negociação entre as partes envolvidas, levando em conta a diversidade de interpretações sobre a situação e a necessidade de criar espaço para que diferentes pontos de vista coexistam (Vogel, 2012).

Desse modo, a Teoria da Mudança (TdM) compreende a importância de indicadores e ferramentas de avaliação, que permitem monitorar os avanços e ajustar estratégias quando necessário. Esses elementos tornam a TdM não apenas uma ferramenta de planejamento, mas também um processo dinâmico e contínuo de aprendizagem e adaptação. Conforme ressaltado por Vogel (2012), a TdM não possui uma definição ou metodologia única. Sua flexibilidade permite que seja utilizada de formas diversas, atendendo às especificidades de diferentes programas ou políticas. Essa característica a torna particularmente valiosa em contextos complexos e em constante transformação, onde múltiplos fatores influenciam os resultados.

Nesse sentido, a TdM estabelece um foco na colaboração e no envolvimento de múltiplos atores. Ao reconhecer que as capacidades para gerar mudanças significativas precisam ser compartilhadas, a TdM incentiva a criação de redes de colaboração, onde cada parte interessada contribui com seus conhecimentos e habilidades. Esse processo permite construir, por sua vez, uma abordagem mais inclusiva e integrada, o que, segundo Tomazini (2021), se torna extremamente importante para lidar com os desafios de problemas complexos.

Dessa maneira, a TdM, conforme aponta Tomazini (2021), adapta-se melhor à dinâmica não linear dos problemas complexos. Assim, em vez de tentar prever

resultados de forma rígida, essa perspectiva adota um modelo de planejamento mais flexível, que permite ajustes ao longo do processo com base em novos aprendizados e dados. Desse modo, esse caráter iterativo e adaptativo permite, segundo a autora, entender e lidar com a incerteza inerente às mudanças em contextos complexos.

No campo das políticas públicas, pode-se observar que a TdM dispõe de mecanismos que permitem estabelecer uma avaliação mais ampla dessas ações. Nesse sentido, Vieira et al. (2023) destacam que sua aplicação permite estruturar avaliações de diferentes tipos, como diagnósticas, de implementação, impacto e eficiência. Em razão disso, verifica-se que essas avaliações integram dados e métodos diversos, oferecendo subsídios para decisões informadas e estratégias mais eficazes.

Um exemplo prático de sua aplicação pode ser encontrado na educação, onde a TdM é utilizada para avaliar a integração curricular de programas de extensão universitária, promovendo maior articulação entre teoria e prática e contribuindo para a inclusão social (Gimenez et al., 2023). Além disso, em políticas de desenvolvimento social, como o Bolsa Família, a TdM permite mapear as relações causais entre transferências de renda e seus impactos na redução da pobreza, aumento da frequência escolar e melhoria das condições de vida de populações vulneráveis (Dugand; Brandão, 2017).

Além de sua utilidade prática, a TdM se destaca por sua capacidade de promover clareza e transparência na efetivação das políticas públicas (Silva, 2020). Nesse sentido, verifica-se que ela oferece um “mapa lógico” das intervenções, o que facilita a compreensão das relações entre atividades, resultados intermediários e impacto final. De acordo com Silva (2020), O mapa lógico funciona como uma representação visual estruturada que ilustra a sequência de mudanças esperadas dentro de uma intervenção, explicitando os elos causais entre os insumos, atividades, produtos, resultados intermediários e impactos de longo prazo. Esse modelo auxilia na identificação de pressupostos subjacentes e possíveis riscos, permitindo ajustes ao longo do processo de implementação. Dessa forma, a construção do mapa lógico fortalece a tomada de decisão baseada em evidências, contribuindo para a eficácia e a sustentabilidade das políticas públicas.

Conforme argumenta Silva (2020), essa clareza oferecida pela implementação de modelos de avaliação baseados na TdM é importante, principalmente, porque contribui para o fortalecimento da *accountability* (responsabilização), ao tornar

explícito o processo pelo qual as mudanças esperadas devem ocorrer. Ao mesmo tempo, a abordagem favorece a inovação e a melhoria contínua. Assim, por ser um modelo adaptável, a TdM permite a criação de estratégias ajustadas às necessidades específicas de cada projeto, promovendo práticas mais eficazes e inclusivas.

Concomitantemente, pode-se observar que a TdM ainda dispõe de uma capacidade de contextualizar as intervenções e garantir maior inclusão. Nesse contexto, ao incorporar variáveis contextuais e promover a participação de diferentes atores, a TdM assegura que as ações sejam mais relevantes e alinhadas às necessidades das populações beneficiadas. Esse processo permite, sobretudo em contextos de desigualdades estruturais, o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais alinhadas às dinâmicas específicas dos grupos alcançados.

Dessa forma, a TdM ultrapassa a perspectiva de formulação de objetivos, apresentando-se como uma abordagem robusta e versátil para estruturar políticas públicas, de forma que estas se tornem mais eficazes e eficientes. Diante disso, sua capacidade de alinhar visão estratégica, clareza metodológica e flexibilidade operacional a torna uma ferramenta importante, não apenas para pesquisadores, mas, principalmente, para gestores e formuladores de políticas que podem desenvolver uma compreensão mais ampla em relação ao alcance e efetividade dessas políticas.

#### **2.4 As causas da evasão e a relevância da assistência estudantil na permanência dos estudantes no ensino superior e a conclusão**

Pensar as causas da evasão no ensino superior é um processo complexo, que envolve uma série de fatores e um conjunto de relações que muitas vezes ultrapassam às condições socioeconômicas dos estudantes. Nesse sentido, conforme observa Santos e Real (2017), as causas da evasão podem ser divididas em fatores internos, que envolvem questões acadêmicas e pessoais, e fatores externos, que estão ligados ao contexto social e financeiro dos alunos.

Conforme demonstrou a pesquisa de Lago e Gonçalves (2022), realizada na Universidade de Gurupi, no Estado do Tocantins, e cujo objetivo consistia em apresentar e analisar os motivos alegados pelos estudantes no momento da desistência, através de formulários preenchidos no período de 7 (sete) anos (2013 a 2019), demonstrou que entre as principais causas de evasão, destaca-se a

insuficiência de recursos financeiros, que impede muitos estudantes de arcar com os custos de matrícula, material didático, transporte e alimentação.

Perspectiva semelhante está na pesquisa realizada por Kanashiro et al. (2024), realizada no Instituto Federal de São Paulo, no Estado de São Paulo, que teve por objetivo analisar a evasão de alunos/as do ensino médio integrado dos cursos de Logística, Edificações e Mecatrônica demonstrou que essa dificuldade financeira leva a um alto índice de desistência, especialmente entre alunos oriundos de famílias de baixa renda.

Concomitantemente, evidencia-se que a falta de apoio psicológico e pedagógico adequado pode contribuir para a frustração e a sensação de incapacidade, que tem corroborado para um recrudescimento da saúde mental desses estudantes e ocasionado, muitas vezes, na desistência ou abandono dos estudos (Nascimento, 2024). Em relação a isso, focando nos aspectos específicos da saúde mental, a pesquisa de Araújo (2020) observou que a pressão emocional e a sobrecarga de tarefas podem resultar em queda no desempenho acadêmico, o que, muitas vezes, culmina na desistência do curso.

Além disso, a pesquisa realizada por Quintino e Andriola (2020) compreende que as desigualdades social e regional também são fatores que contribuem para a evasão. Conforme os autores, estudantes provenientes de áreas periféricas ou com acesso limitado à educação básica de qualidade acabam por enfrentar maiores dificuldades na permanência no ensino superior. Dessa forma, Quintino Andriola (2020) verificam que a adaptação ao ambiente universitário, que muitas vezes é distante da realidade social e cultural desses alunos, pode ser desafiadora. A falta de pertencimento e de apoio social contribui para a dificuldade de adaptação e a consequente evasão.

Neste contexto, Kanashiro et al (2024) compreendem que a Assistência Estudantil aparece como um aspecto muito importante para a permanência dos estudantes no ensino superior. Constata-se que a criação de políticas de assistência estudantil que visam reduzir os impactos das desigualdades e proporcionar condições mínimas para esses estudantes, aparece como um aspecto importante para garantir que fatores internos e externos não possam comprometer a permanência desses estudantes.

Conforme observado anteriormente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por exemplo, busca garantir a igualdade de oportunidades ao

disponibilizar auxílios para moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, entre outros. Santos et al. (2022) observa que essas ações objetivam reduzir os impactos das dificuldades financeiras e sociais no desempenho acadêmico e na vida dos estudantes.

Além disso, Araújo et al. (2019) argumenta que a Assistência Estudantil desempenha um papel importante na inclusão social, sobretudo, ao proporcionar apoio a grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, e outros estudantes de baixa renda. Verifica-se que através de ações afirmativas e políticas de inclusão, a Assistência Estudantil permite que esses grupos tenham oportunidades de acesso e permanência no ensino superior, o que possibilita o rompimento das barreiras estruturais estabelecidas para estes grupos sociais.

Diante disso, pode-se evidenciar que a permanência dos estudantes no ensino superior está intimamente relacionada ao suporte institucional oferecido, tanto em termos de apoio financeiro quanto de assistência pedagógica e psicológica. Dessa forma, verifica-se que a Assistência Estudantil não apenas contribui para a redução da evasão, mas também favorece o desenvolvimento integral dos alunos, permitindo que eles encontrem formas de superação das desigualdades, sejam elas sociais ou econômicas.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A expansão das universidades federais, aliada às políticas e ações afirmativas, corroborou para um aumento no número de estudantes matriculados. Esse processo não apenas alterou o perfil estudantil, mas também permitiu que grupos sociais antes excluídos pudessem acessar a universidade pública. Embora o acesso às universidades represente um avanço importante no que diz respeito à efetivação da educação como direito social, evidencia-se que a permanência desses estudantes se configura como uma ação essencial para a manutenção desse direito.

Em relação a permanência, a conclusão de curso aparece como um fator importante, uma vez que a permanência deve ser encarada como um processo que permite aos estudantes concluírem o curso de graduação no tempo certo, evitando que a permanência seja interpretada como tempo uma retenção que impede a saída desses estudantes da universidade após o período “normal” de graduação. Além disso, importa comparar os índices de evasão entre estudantes contemplados por essas políticas e os que não são atendidos, de modo que seja possível avaliar a relação entre a assistência estudantil e a evasão.

A pesquisa se concentra no monitoramento das políticas de assistência estudantil, com foco nos dados de implementação, alcance e resultados observáveis, evitando adentrar em análises avaliativas complexas que exigiriam outros instrumentos metodológicos. Foi realizada uma investigação descritiva dos mecanismos de operacionalização do PNAES em cada universidade, com atenção às estruturas institucionais, critérios de elegibilidade, burocracias envolvidas e mecanismos de acompanhamento da permanência estudantil.

Assim, recorre-se à pesquisa documental como instrumento inicial de investigação. Nesse contexto, utiliza-se dados fornecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), especificamente sobre a Assistência Estudantil, os programas existentes, o percentual de estudantes atendidos, os níveis de evasão, permanência na graduação, e as ações implementadas pelas instituições com base no PNAES, como o objetivo de realizar uma análise acerca dos programas de assistência estudantil, sua implementação das IES, o percentual de estudantes de graduação atendidos e os níveis de evasão estudantil.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 193), “a característica da pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou

não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. Dessa maneira, as autoras observam que a pesquisa documental tem como recurso fontes secundárias, podendo ser, por exemplo, documentos de arquivos públicos, estatísticas, cartas, contratos, entre outros.

Desse modo, as fontes da pesquisa documental podem ser, segundo Marconi e Lakatos (2017), arquivos públicos, arquivos particulares ou fontes estatísticas. No âmbito dessa pesquisa, recorre-se a arquivos públicos, como os relatórios de assistência estudantil e evasão estudantil publicados pelas instituições de ensino superior públicas. Ademais, para a pesquisa, recorre-se a dados secundários de fontes primárias, de modo que seja possível subsidiar a análise e apresentar um panorama mais amplo em relação as variáveis estabelecidas.

Como recorte temporal, consideram-se dados relativos ao quinquênio 2019-2024, disponibilizados pelas pró-reitorias de Assuntos Estudantis, Assistência Estudantil e Coordenação de Assistência Estudantil das três universidades selecionadas. Do ponto de vista do recorte geográfico, a pesquisa concentra-se em uma análise comparativa das políticas de assistência estudantil, permanência e evasão nas três maiores universidades públicas federais da região Centro-Oeste.

De acordo com dados do Censo do Ensino Superior, em 2023 o Brasil registrou 1.868.152 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e dois) estudantes matriculados em cursos de graduação em IES federais. Desse total, 186.231 (cento e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e um) estão em IES localizadas na região Centro-Oeste. Ao considerar a distribuição desses dados nos quatro estados da região, apresenta-se a Tabela 1.

**Tabela 1 – Número de Estudantes com matrícula ativa em IES (públicas) na região centro-oeste**

<b>Estado</b>	<b>Número de estudantes matriculados</b>
Mato Grosso do Sul	34.847
Mato Grosso	43.725
Goiás	62.406
Distrito Federal	45.253
<b>Total</b>	<b>186.231</b>

**Fonte:** Censo da Educação Superior (2023).

A região conta com 8 (oito) campi, distribuídos nos três estados e no Distrito Federal. Assim, ao considerar a segmentação dos estudantes matriculados, destacam-se, segundo dados do Censo da Educação Superior (ano), as informações apresentadas na Tabela 2.

**Tabela 2 – Número de Estudantes Matriculados em IES Públicas Federais**

<b>UF</b>	<b>Universidade</b>	<b>Número de estudantes matriculados*</b>
DF	Universidade de Brasília	41.211
MS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	25.266
GO	Universidade Federal de Goiás	18.276
MT	Universidade Federal do Mato Grosso	14.891
MS	Universidade Federal da Grande Dourados	6.282
MT	Universidade Federal de Rondonópolis	3.529
GO	Universidade Federal de Jataí	3.066
GO	Universidade Federal de Catalão	2.971

**Fonte:** Censo da Educação Superior (2023).

\*Estudantes matriculados nos cursos de graduação

A pesquisa busca entender e analisar as políticas de assistência estudantil, especificamente voltadas para a redução da evasão e a manutenção da permanência na Universidade de Brasília, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e na Universidade Federal de Goiás. A escolha dessas IES se justifica, sobretudo, por abrigarem o maior número de estudantes matriculados em seus campi, bem como pela existência de políticas de assistência estudantil e pela disponibilização pública de dados referentes à evasão, permanência, recursos obtidos, programas e critérios públicos para a apresentação desses dados.

Assim, em um primeiro momento, foi realizada a extração dos dados disponibilizados pelas pró-reitorias das instituições. Posteriormente, foi elaborada a construção do banco de dados, considerando as variáveis estabelecidas. Depois disso, procede-se à análise com estatísticas descritivas e ao teste de correlação, com o objetivo de avaliar a relação entre a efetivação das políticas, o percentual de evasão e a permanência dos estudantes de graduação e conclusão no tempo certo.

Além da análise dos dados institucionais, a pesquisa incluirá uma comparação entre modelos descentralizados de assistência estudantil (como os operados por fundações de apoio ou estruturas internas das IES) e a proposta de centralização das

ações via governo federal, buscando compreender como diferentes formatos administrativos impactam a efetividade das ações e a permanência dos estudantes.

Após a análise quantitativa dos dados, procede-se a uma discussão, baseada na teoria da mudança e no debate sobre a avaliação de políticas públicas, acerca da efetivação dessas políticas e das medidas que podem ser empregadas para mitigar a evasão. Além disso, busca-se realizar um apanhado das boas práticas como, por exemplo, limitações para a concessão dos auxílios, estrutura de aplicação dos critérios para obtenção, estrutura de assistência estudantil, entre outros, aplicadas pelas IES, no âmbito da assistência estudantil, que podem ser replicadas por outras instituições.

Desse modo, o Quadro 2 apresenta a variáveis que serão utilizadas na pesquisa.

**Quadro 2 – Variáveis utilizadas na pesquisa**

<b>Categoria</b>	<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>
<b>Perfil socioeconômico</b>	Renda familiar per capita	Identificar o impacto da renda na necessidade de assistência e na permanência estudantil.
	Tipo de moradia (própria, aluguel, residência universitária)	Avaliar a influência das condições habitacionais na evasão e no desempenho acadêmico.
	Gênero	Analisar a composição do gênero
	Raça	Analisar a composição racial
<b>Perfil Acadêmico</b>	Tempo de permanência na universidade	Comparar a permanência entre beneficiários e não beneficiários do PNAES.
	Conclusão do curso no tempo previsto	Medir a taxa de conclusão dentro do período regular entre os diferentes grupos de estudantes.
	Desempenho acadêmico (CRA/RSG)	Verificar a relação entre assistência estudantil e rendimento acadêmico.

<b>Assistência Estudantil</b>	Tipo de auxílio recebido (moradia, alimentação, permanência)	Examinar quais auxílios são mais determinantes para evitar a evasão.
	Tempo médio de espera para concessão do auxílio	Avaliar se a demora na concessão impacta a evasão e o desempenho.
	Frequência de utilização dos auxílios	Medir a regularidade do uso e sua relação com a permanência.
<b>Impacto na Evasão</b>	Taxa de evasão entre beneficiários e não beneficiários	Mensurar a efetividade das políticas na retenção estudantil.
	Principais razões relatadas para a evasão	Identificar os fatores mais relevantes para o abandono do curso.
	Medidas institucionais adotadas para retenção de estudantes vulneráveis	Mapear ações bem-sucedidas que possam ser replicadas.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

A pesquisa foi conduzida com base no método dedutivo, partindo de princípios gerais para analisar e compreender os fenômenos específicos relacionados às políticas de assistência estudantil e seus impactos na permanência, evasão e graduação dos estudantes nas três universidades federais da região Centro-Oeste. Esse método permite verificar, a partir de fundamentos teóricos consolidados, como os dados empíricos se alinham ou contradizem as hipóteses inicialmente formuladas (Gil, 2017).

A análise de dados foi orientada pela teoria da mudança, que se apresenta como um arcabouço metodológico capaz de articular os objetivos das políticas públicas com os resultados observados. De acordo com esta abordagem, busca-se mapear os pressupostos lógicos que conectam as ações implementadas pelas universidades, comprando os efeitos esperados, o que permite identificar lacunas e fatores que potencializam ou limitam o alcance dos resultados (Araújo; Rodrigues, 2017). Assim, destaca-se, por exemplo, os critérios de concessão de bolsas de assistência estudantil e a exigência de conclusão de curso no tempo certo, avaliando

se essa estrutura, além de reduzir a evasão de estudantes de graduação, permite a conclusão no tempo certo.

Diante disso, a pesquisa tem por finalidade o monitoramento das políticas de assistência estudantil, observando sua execução prática, os dados de evasão e permanência, e o alinhamento entre os objetivos das ações e seus efeitos observáveis nas universidades analisadas

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

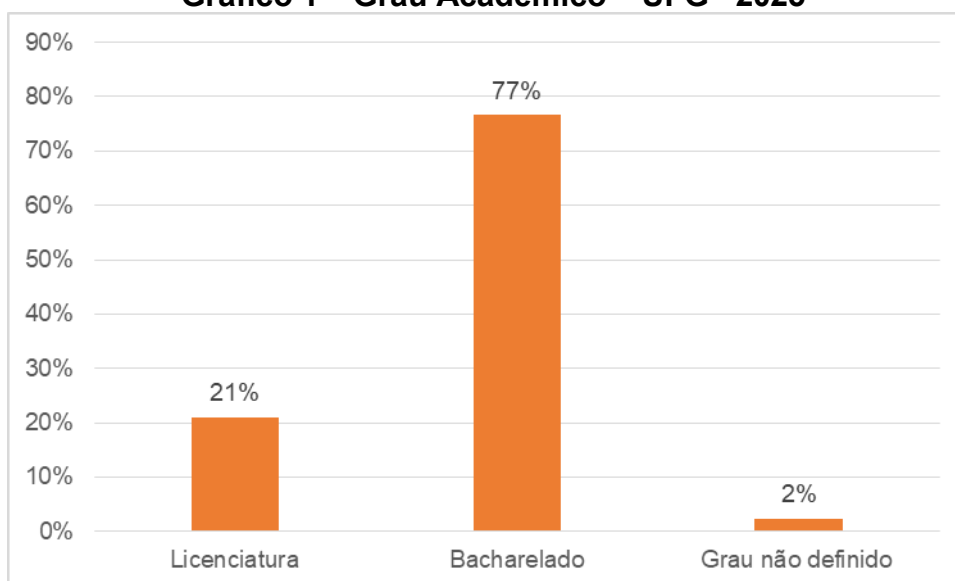
### 4.1 Universidade Federal de Goiás

A Universidade Federal de Goiás (UFG) é uma das maiores instituições de ensino superior da região Centro-Oeste do Brasil. Com mais de vinte mil estudantes regularmente matriculados em 2025, a universidade atende não apenas a alunos oriundos do estado de Goiás e da própria região Centro-Oeste, mas também recebe estudantes de diversos outros estados do país.

O ingresso na instituição ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como critério de seleção. Atualmente, a UFG oferece 109 cursos de graduação, distribuídos por grandes áreas do conhecimento, como Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas e Educação, entre outras.

Em relação ao grau acadêmico, conforme evidenciado pelos dados do Gráfico 1, observa-se que uma parte expressiva dos cursos é voltada para a formação em bacharelado. Esse dado revela a diversidade da oferta acadêmica da instituição, ao mesmo tempo em que destaca a predominância de uma formação mais generalista e voltada para o mercado de trabalho em diversas áreas do saber.

**Gráfico 1 – Grau Acadêmico – UFG - 2025**



Fonte: Analisa UFG (2025).

Dessa maneira, pode-se evidenciar que 77% dos estudantes estão concentrados em cursos de bacharelado, o que corresponde a 15.779 alunos. Por outro lado, os cursos de licenciatura representam 21% do total, com 4.320 estudantes matriculados. Além disso, cabe destacar os cursos da Área Básica de Ingresso (ABI)<sup>1</sup>, que correspondem a 2,3%, o equivalente a 473 alunos (Analisa UFG, 2025).

Ao analisar o perfil dos estudantes, verifica-se que 58% são oriundos de escolas públicas, enquanto 42% provêm de instituições privadas. Os dados também indicam que 52% dos alunos são do sexo feminino e 48% do sexo masculino (Analisa UFG, 2025). Em relação à autodeclaração racial, os dados apresentados no Quadro 3 evidenciam a composição étnico-racial dos discentes, permitindo uma leitura mais aprofundada sobre a diversidade presente no corpo estudantil da universidade.

**Quadro 3 – Autodeclaração racial dos estudantes de graduação – UFG**

Cor/Etnia	Números absolutos	%
Branca	9.671	47%
Parda	7.435	36%
Preta	2.154	10%
Não quis declarar	656	3%
Indígena	508	2%
Amarela	170	1,1%
Não informada	15	0,09%

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da plataforma Analisa UFG (2025).

Pode-se observar que parte expressiva dos estudantes de graduação de autodeclaram brancos. No entanto, pretos e pardos representam 46% dos estudantes da universidade, o que indica maior diversidade racial no número de alunos. Em relação a assistência estudantil, pode-se evidenciar que a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é efetivada pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE)<sup>2</sup>, que segundo o seu site institucional,

É responsável por apoiar o protagonismo estudantil no ambiente acadêmico para uma formação científica, humana, política e profissional qualificada. Aqui também é o lugar de referência para os estudantes que precisam e buscam apoio institucional quando se encontram em dificuldades de se manter e permanecer na Universidade. Por isso, programas e projetos são

<sup>1</sup> É um modelo de ingresso em algumas universidades onde o estudante entra no curso por uma única entrada, cursa um "ciclo básico" de disciplinas comuns e, posteriormente, escolhe entre duas ou mais formações específicas (como bacharelado ou licenciatura).

<sup>2</sup> Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – UFG. Disponível em: <https://prae.ufg.br/>

desenvolvidos com a finalidade de atender aos objetivos de permanência e êxito acadêmico (UFG, [s.d]).

Nesse sentido, entre as políticas desenvolvidas e geridas pelo órgão, destacam-se o Restaurante Universitário, a Casa de Estudantes, o Centro de Saúde e o Centro de Assistência Social. No contexto do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a instituição oferece oito programas:

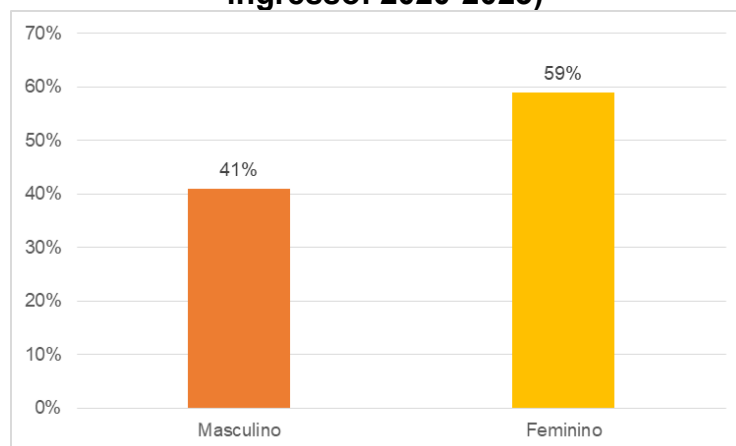
- **Programa de Moradia Estudantil:** Destinado a estudantes com necessidade de moradia, cujo núcleo familiar não reside na região metropolitana de Goiânia. Este programa inclui a Bolsa Moradia, a Vaga na Casa de Estudante e a Bolsa Casa do Estudante.
- **Programa de Alimentação:** Consiste no atendimento de estudantes com necessidades básicas de alimentação, por meio da isenção de pagamento nos restaurantes universitários.
- **Bolsa Apoio Pedagógico:** Tem por objetivo atender estudantes com dificuldades socioeconômicas que necessitem de recursos para custear e garantir sua permanência na universidade, através do repasse financeiro mensal.
- **Bolsa Canguru:** Atende estudantes que tenham filhos com idade inferior a cinco anos.
- **Programa de Instrumental Odontológico (PIOdont):** Contribui para a formação acadêmica de estudantes de baixa renda do curso de Odontologia, disponibilizando, na forma de empréstimo, instrumentais e materiais odontológicos duráveis. Além disso, oferece uma bolsa para auxiliar na aquisição de materiais de menor durabilidade.
- **Programa Acolhe UFG:** Favorece a permanência e o desempenho acadêmico de estudantes ingressantes, regularmente matriculados nos *campi* da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) em primeira matrícula e primeiro curso de graduação na UFG, por meio da isenção de taxas de alimentação ou do repasse financeiro mensal por no máximo cinco meses.
- **Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Negros Quilombolas (PAEIQ):** Consiste no atendimento especial a estudantes de graduação presencial indígenas e negros quilombolas que não são atendidos pelo Programa Bolsa Permanência (PBP) do Ministério da Educação (MEC). O objetivo é auxiliar na adaptação ao ambiente universitário, dadas as distinções

culturais e as condições de acesso à educação básica que podem gerar dificuldades.

- **Programa de Esportes e Lazer da PRAE/UFG:** Consiste no repasse financeiro mensal para estudantes dos cursos da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG, prioritariamente de baixa renda, por até 12 meses, com possibilidade de renovação (UFG, [s.d.]).

Dessa maneira, ao considerar o perfil dos estudantes atendidos pelas políticas de assistência estudantil, o Gráfico 2 evidencia a distribuição por sexo dos beneficiários do PNAES no período de 2020 a 2023 na UFG.

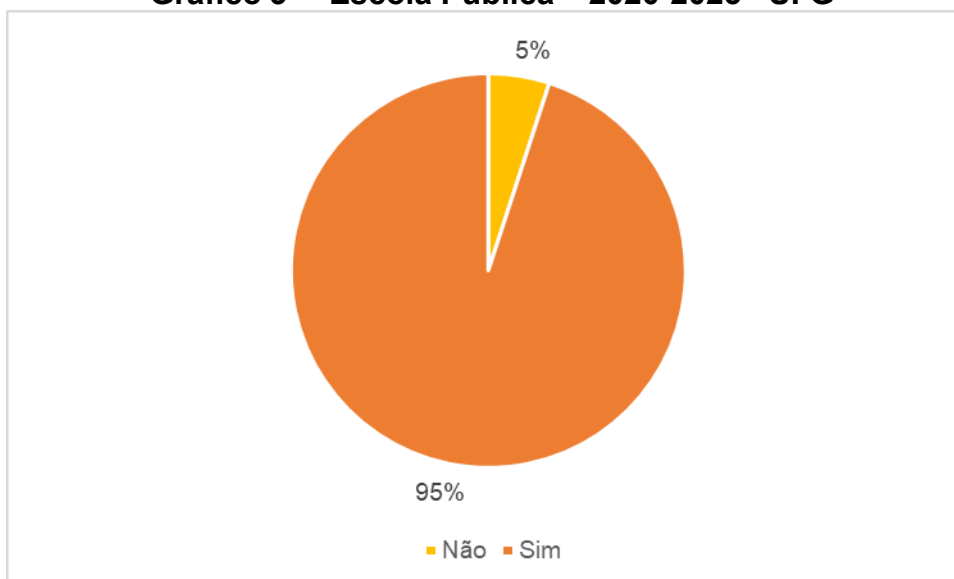
**Gráfico 2 – Sexo dos estudantes atendidos pelas PNAES-UFG (ano de ingresso: 2020-2023)**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir dados Abertos – UFG (2024).

Pode-se observar que o sexo feminino representa a maioria do público estudantil atendido pelas políticas de assistência estudantil, visto que este grupo constitui o maior número de estudantes da universidade. Em relação ao ano de ingresso e, conseqüentemente, à amostra analisada, é importante destacar que a universidade não dispõe de dados referentes aos anos de 2024 e 2025. Essa ausência de dados pode impactar uma análise mais específica e atualizada do perfil dos estudantes contemplados.

Os dados disponíveis permitem traçar um panorama do perfil dos discentes atendidos por essas políticas. Concomitantemente, observa-se que uma parte expressiva dos estudantes contemplados pelo PNAES na UFG é proveniente de escolas públicas. O Gráfico 3 apresenta esses dados.

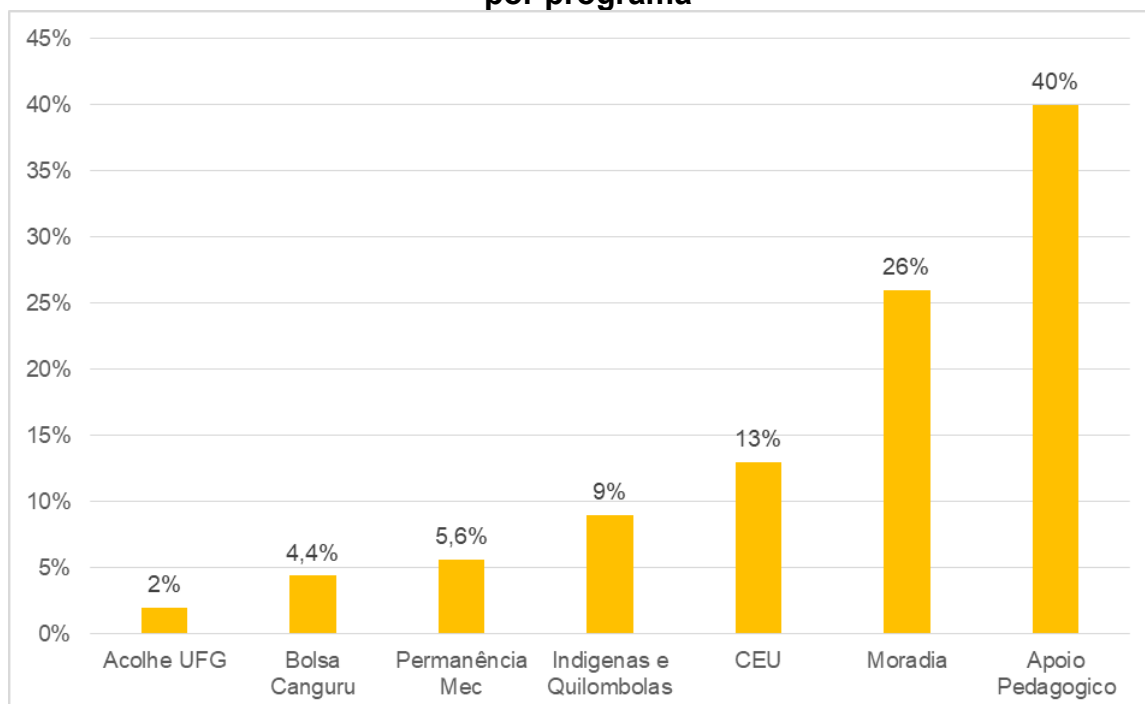
**Gráfico 3 – Escola Pública – 2020-2023 - UFG**

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir dados Abertos – UFG (2024).

Observa-se que uma parte expressiva dos estudantes atendidos pelas políticas de assistência estudantil da UFG é oriunda de escolas públicas, representando 95% dos atendimentos. Por outro lado, 5% dos estudantes atendidos são provenientes de escolas particulares. É importante destacar que, nesse contexto, esse percentual de alunos oriundos do ensino privado pode estar relacionado ao critério estabelecido pela instituição para atender estudantes provenientes de municípios fora da Região Metropolitana de Goiânia (RMG).

Entre os programas analisados, destacam-se o Programa Acolhe UFG, destinado a estudantes ingressantes com validade de um semestre, e a Bolsa Canguru, voltada a pais e mães com filhos de até cinco anos. O Gráfico 4 apresenta o percentual de estudantes contemplados pelo PNAES, segmentados por programa.

**Gráfico 4 – Percentual do total de estudantes contemplados pelo PNAES / UFG, por programa**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de Dados Abertos – UFG (2024).

A partir do Gráfico 4, pode-se observar a abrangência e a distribuição do apoio institucional oferecido a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os dados evidenciam tanto a diversidade de modalidades de apoio quanto o alcance diferenciado entre elas, refletindo os esforços da instituição em atender às múltiplas demandas dessa população estudantil. Ademais, nota-se, por exemplo, que programas como o Acolhe UFG e a Bolsa Canguru têm perfis de público específicos, voltados respectivamente para estudantes ingressantes e para aqueles com filhos pequenos, o que demonstra uma preocupação com as diferentes realidades vivenciadas pelos discentes.

Nesse sentido, o programa Apoio Pedagógico é o que contempla o maior número de estudantes, com 3.447 beneficiários, representando 40% do total de estudantes atendidos pelo PNAES. Isso indica que a universidade tem investido fortemente em estratégias de permanência acadêmica vinculadas ao desempenho escolar, sobretudo por meio da Bolsa Permanência. Concomitantemente, verifica-se que o programa de Moradia Estudantil contempla 2.201 estudantes, o que equivale a 26% do total. Essa expressiva participação evidencia a importância do suporte

habitacional para os estudantes, especialmente para aqueles que vêm de outras cidades ou estados e não possuem condições de arcar com os custos de moradia.

O programa Casa do Estudante Universitário (CEU) atende 1.112 estudantes (13%), o que também reforça a relevância do suporte habitacional. A soma dos percentuais dos programas CEU e Moradia alcança 39%, demonstrando que mais de um terço dos atendimentos da assistência estudantil se concentram em garantir condições mínimas de habitação.

Além disso, pode-se evidenciar que o apoio a estudantes indígenas e quilombolas contempla 706 beneficiários, representando 9% dos contemplados pelas políticas de moradia. Esse número reflete uma política de ação afirmativa essencial para garantir o acesso e a permanência de grupos historicamente marginalizados no ensino superior, demonstrando o compromisso da universidade com a equidade racial e étnica.

Os programas Permanência MEC (472 estudantes, 5,6%) e Bolsa Canguru (365 estudantes, 4,4%) têm um alcance mais limitado, mas ainda assim representam recursos importantes. A Bolsa Canguru, voltada para estudantes com filhos pequenos, é uma política fundamental para a conciliação entre maternidade/paternidade e vida acadêmica.

Por fim, o programa Acolhe UFG, com 148 estudantes atendidos (2%), apresenta o menor número de contemplados. Embora não se destaque numericamente, esse programa tem caráter temporário, funcionando enquanto os contemplados nos editais de assistência estudantil não são implementados. Desse modo, os dados mostram que a UFG tem estruturado uma política de assistência estudantil diversificada, com foco principal no apoio pedagógico e na garantia de moradia.

Ao analisar os critérios comuns para elegibilidade nos programas de assistência estudantil, pode-se observar o Quadro 5, que reúne os critérios presentes nos editais publicados entre 2021 e 2025.

**Quadro 4 - Quadro de Critérios Comuns de Acesso às Políticas de Assistência Estudantil da UFG (2021–2025)**

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
<b>Matrícula ativa</b>	Estar regularmente matriculado/a em curso de graduação presencial da UFG, com status "ATIVO" ou "ATIVO-FORMANDO" no SIGAA.
<b>Residência</b>	Para programas de moradia (CEU e Bolsa Moradia), o/a estudante e seu núcleo familiar não podem residir na Região Metropolitana de Goiânia (RMG).
<b>Renda per capita</b>	A renda familiar bruta per capita deve ser de até 1 salário mínimo vigente no ano do edital para atendimento direto (bolsas financeiras), e de até 1,5 salários mínimos para atendimento indireto (como vaga na CEU e alimentação), nos anos até 2022. A partir de 2023, o limite consolidou-se geralmente em até 1 salário mínimo para todos os programas.
<b>Documentação</b>	Apresentar documentação (Carteira de trabalho, demonstrativos de pagamento dos três últimos meses, cadastro no CadÚnico, contas de Água e Energia) completa e compatível com a realidade socioeconômica declarada, conforme exigido em cada edital.
<b>Cadastro Único</b>	Preenchimento do formulário eletrônico denominado Cadastro Único no sistema SIGAA durante o período de inscrições <sup>3</sup> .
<b>Análise socioeconômica</b>	A seleção é feita em duas etapas: (1) mapeamento automatizado no SIGAA baseado no Cadastro Único e (2) análise por assistentes sociais, considerando critérios como composição familiar, moradia, cor/etnia, identidade de gênero, doenças crônicas no núcleo familiar, entre outros.

<sup>3</sup> O Cadastro Único é um formulário da própria instituição, que busca reunir informações socioeconômicas dos estudantes e, a partir disso, estabelecer formas de assistência estudantil. O formulário e os critérios aplicados estão disponíveis aqui: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/896/o/Anexo\\_II\\_Cadastro\\_Unico.doc\\_-\\_02-2024.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/896/o/Anexo_II_Cadastro_Unico.doc_-_02-2024.pdf)

<b>Impedimentos</b>	Não estar recebendo bolsas incompatíveis, como: Bolsa Permanência MEC, PROMISAES, Bolsa Mérito, ou Bolsa TransEpistemologias (a depender do edital e do programa pleiteado).
---------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

A análise dos critérios de acesso às políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Goiás (UFG), conforme os editais unificados entre 2021 e 2025, revela uma estratégia focada em promover a permanência e a conclusão do curso. Tais critérios funcionam como "filtros" que buscam assegurar que os recursos do PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil) sejam usados de forma eficiente.

O primeiro critério é a matrícula ativa em um curso de graduação presencial, o que garante que os benefícios sejam destinados apenas a estudantes com vínculo formal e regular com a instituição. Essa exigência previne que alunos com matrícula trancada, por exemplo, ocupem vagas que poderiam ser de outros. A UFG monitora essas variáveis por meio dos registros do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)<sup>4</sup>, que coleta dados como tempo de permanência no curso, trancamentos de matrícula, notas e frequência.

Um critério específico para os programas de moradia é a residência fora da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Essa delimitação geográfica visa priorizar estudantes que enfrentam maiores dificuldades econômicas para se manter na universidade, como gastos com aluguel e alimentação, devido à distância de suas cidades de origem. Assim, o critério territorial funciona como uma forma de corrigir as desigualdades impostas pela migração estudantil.

O critério de renda *per capita* familiar é central para a elegibilidade. Geralmente, os editais exigem uma renda bruta familiar *per capita* de até um salário mínimo, embora editais anteriores a 2023 permitissem até 1,5 salário mínimo para modalidades indiretas (como isenção no Restaurante Universitário e vagas na Casa do Estudante Universitário). Esse critério demonstra que as políticas são focalizadas e priorizam estudantes com menos recursos. Embora proporcione objetividade, pode,

---

<sup>4</sup> O SIGAA é o sistema de gerenciamento que reúne todas as informações sobre a vida acadêmica do aluno, incluindo ensino, pesquisa e extensão (participação em monitorias, projetos e bolsas de iniciação científica)

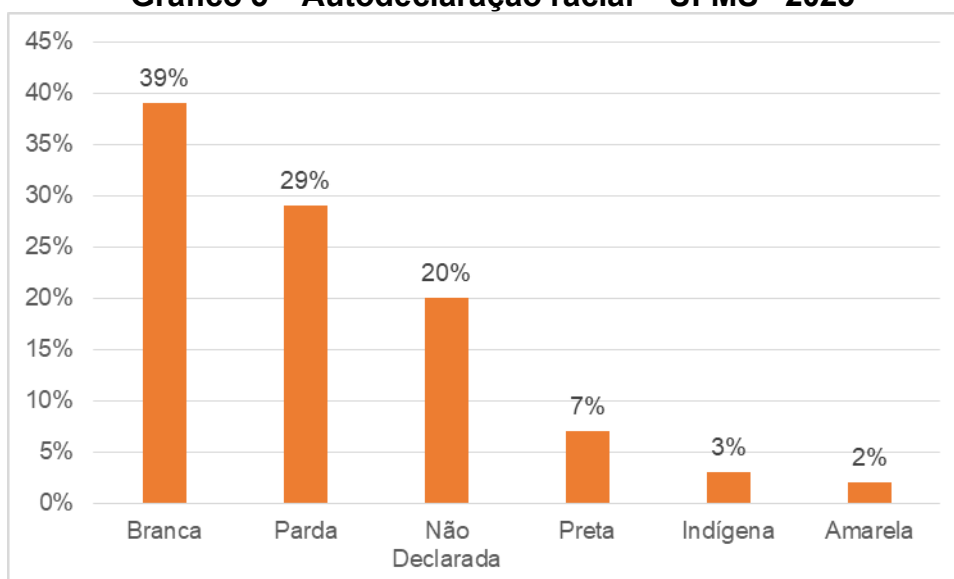
no entanto, excluir alunos que, mesmo com uma renda um pouco acima do limite, ainda enfrentam dificuldades.

A apresentação de documentação comprobatória é outro critério essencial, presente em todos os editais. Ele funciona como o principal mecanismo de validação da realidade socioeconômica declarada pelo estudante, requerendo comprovantes de renda, residência e composição familiar. Embora crucial para a transparência do processo seletivo, esse critério pode ser um desafio para estudantes em situação de informalidade ou com vínculos familiares frágeis. A análise socioeconômica ocorre em duas etapas: a primeira é automatizada, por meio do SIGAA, e a segunda é realizada por assistentes sociais.

## **4.2 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) é uma das maiores universidades da região Centro-Oeste do Brasil. Fundada em 1979, a instituição tem 45 anos de história e possui *campi* em nove cidades, além da capital. De acordo com o portal *Números UFMS*, a universidade tem 26.191 alunos matriculados em 138 cursos, dos quais 127 são presenciais e 11 são na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

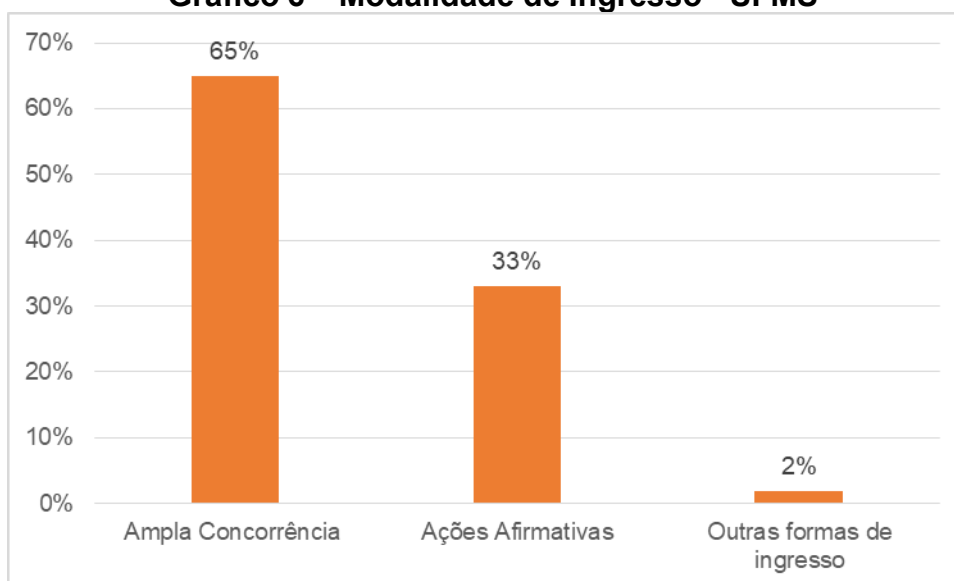
Em 2025, pode-se notar que 45% dos estudantes se identificam como do sexo masculino, enquanto 55% são do sexo feminino. Quanto à distribuição étnico-racial, o corpo discente é bastante diverso. O Gráfico 5 apresenta essa distribuição detalhada.

**Gráfico 5 – Autodeclaração racial – UFMS - 2025**

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de Número UFMS (2025).

O Gráfico 5 demonstra que, embora 10.279 (39%) dos estudantes tenham se autodeclarado brancos, a instituição possui uma diversidade étnico-racial no corpo estudantil. Nesse sentido, verifica-se que pretos e pardos correspondem a 36% (9.435) dos estudantes, o que corrobora com observações realizadas em outras instituições, como a UFG e a UnB. Todavia, chama a atenção que, na UFMS, 5.260 (20%) dos estudantes não declararam pertencimento a nenhuma categoria racial. Desse modo, é possível inferir que, sendo a autodeclaração de caráter voluntário, os estudantes podem ter optado por não informar sua classificação étnico-racial.

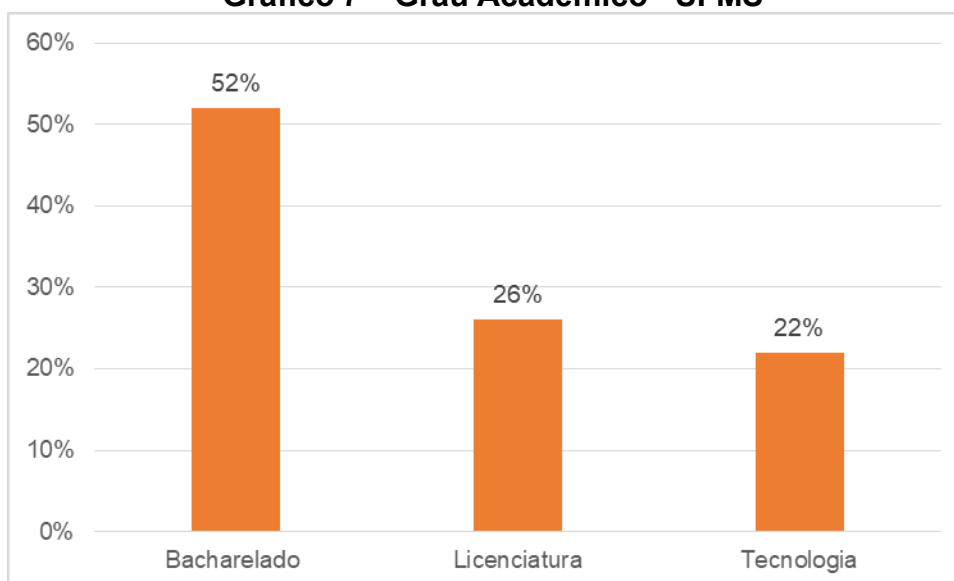
Concomitantemente, em relação à forma de ingresso, pode-se observar que a instituição também adota o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Dessa forma, o Gráfico 6 apresenta a modalidade de ingresso dos estudantes.

**Gráfico 6 – Modalidade de Ingresso - UFMS**

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de Número UFMS (2025).

Os dados do Gráfico 6 mostram que a forma de ingresso na UFMS é majoritariamente pela ampla concorrência, que representa 65% dos casos. As ações afirmativas correspondem a 33% dos ingressos, enquanto 2% dos estudantes entraram por outros meios, como vestibulares e testes de aptidão. É importante notar que tanto a ampla concorrência quanto as ações afirmativas estão vinculadas ao SISU, enquanto as outras modalidades de ingresso são direcionadas a cursos específicos.

Ao mesmo tempo, é crucial analisar o grau acadêmico dos estudantes. O Gráfico 7 apresenta a distribuição entre bacharelado, licenciatura e tecnologia, oferecendo um panorama completo da formação oferecida pela universidade.

**Gráfico 7 – Grau Acadêmico - UFMS**

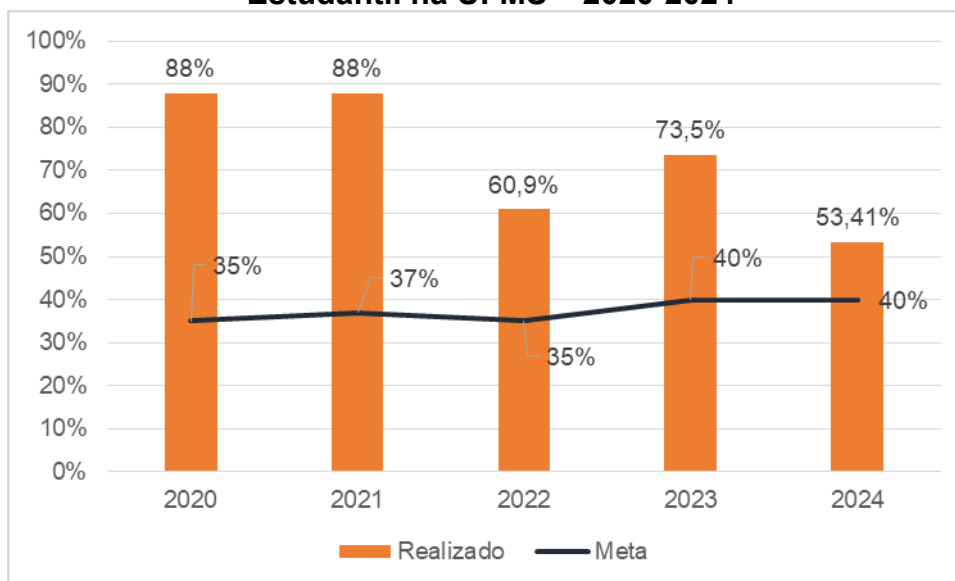
**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de UFMS (2025).

Pode-se observar que uma parte significativa dos estudantes da UFMS está matriculada em cursos de bacharelado, um fenômeno que se alinha aos dados de outras universidades e pode ser explicado pela maior oferta de cursos com esse grau acadêmico. Simultaneamente, 26% dos alunos estão em cursos de licenciatura, o que também é consistente com o observado na UFG e na UnB. Esse cenário reflete a trajetória histórica do ensino superior no Brasil, que sempre priorizou a formação de bacharéis e licenciados.

No entanto, os dados da UFMS indicam um movimento de reestruturação nos cursos de graduação do país, com a abertura de novos campos de formação, como os ligados à Ciência e Tecnologia (C&T). Segundo estudiosos como Schwartzman (1993), Angotti e Auth (2001), essa tendência corresponde a uma dinâmica de redirecionamento do ensino superior para áreas mais profissionais e tecnológicas. Essa transformação se manifesta no crescimento de cursos e campos relacionados a C&T.

Diante desse panorama, a análise da assistência estudantil na UFMS se mostra relevante para avaliar a efetividade dessa política. Diferentemente da UFG, a UFMS disponibiliza os dados por meio de relatórios. Na instituição, o PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil) é coordenado, implementado e gerido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES).

**Gráfico 8 – Percentual de estudantes atendidos pelas Políticas de Assistência Estudantil na UFMS – 2020-2024**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de UFMS (2024).

Os dados do Gráfico 8 demonstram o percentual de estudantes atendidos pelas políticas de assistência estudantil da UFMS. Pode-se observar que, no primeiro biênio, o número de estudantes beneficiados era maior, mesmo com uma meta de beneficiários inferior. Esse fenômeno pode ser justificado, sobretudo, pelo maior recebimento de recursos e, conforme demonstra o relatório da UFMS (2024), pela mudança na metodologia de cálculo desse indicador<sup>5</sup>.

A reformulação da política de assistência estudantil na UFMS resultou na implementação de critérios mais rígidos para acesso aos benefícios. Entre eles estão a análise socioeconômica detalhada, o acompanhamento regular e a exigência de cumprimento de condições para a continuidade do auxílio, como a formatura no tempo previsto. Segundo a instituição, essas medidas foram essenciais para aumentar a permanência dos estudantes, além de otimizar o monitoramento dos serviços sociais e pedagógicos.

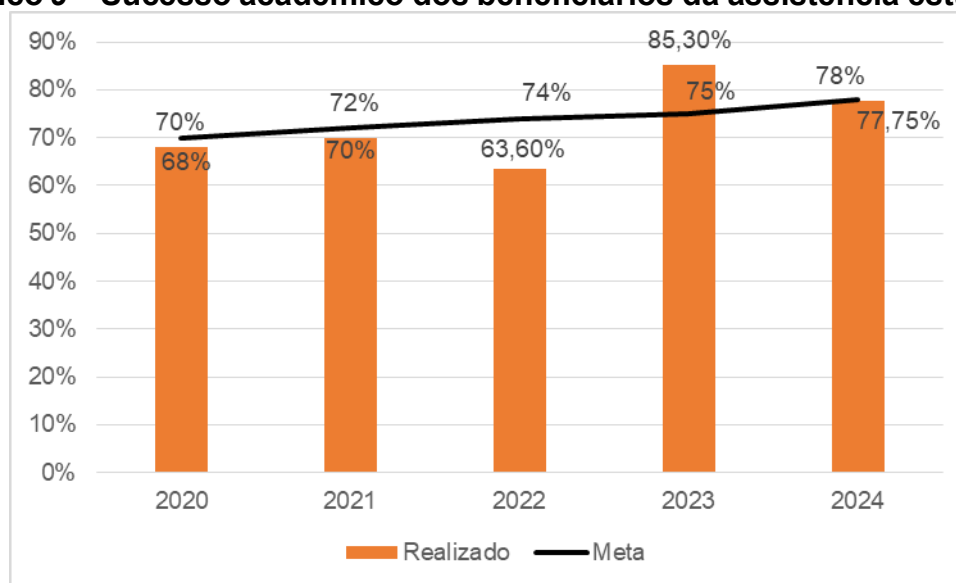
De acordo com a UFMS (2024), esses serviços também são fundamentais para o apoio a estudantes com dificuldades acadêmicas. Eles oferecem suporte

<sup>5</sup>A UFMS implementou, por meio do Relatório Executivo, os seguintes indicadores para avaliar as políticas do PNAES e a sua metodologia: Quantidade e formas de atendimentos aos beneficiados pela assistência estudantil; Retenção dos beneficiados pela assistência estudantil; Evasão dos beneficiados pela assistência estudantil; Permanência dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil na UFMS; Rendimento Escolar dos beneficiados pela assistência estudantil; Qualidade de vida dos beneficiados pela assistência estudantil (UFMS, 2024).

individualizado e estratégias de estudo eficazes, focadas no público em situação de vulnerabilidade. No entanto, o relatório destaca a desigualdade na distribuição dos recursos do PNAES entre as universidades. No caso da UFMS, seria necessário um acréscimo de aproximadamente R\$ 9 milhões para atender de forma integral todos os estudantes vulneráveis, especialmente considerando o aumento significativo de matrículas nos últimos anos.

Para além da questão orçamentária, que pode comprometer a efetividade da política, é notável que o atendimento da assistência estudantil impacta positivamente o sucesso acadêmico dos alunos. O Gráfico 9 apresenta a distribuição desses dados, além da meta estabelecida pela instituição.

**Gráfico 9 – Sucesso acadêmico dos beneficiários da assistência estudantil**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de UFMS (2024).

A partir dos dados do Gráfico 9, é possível identificar uma relação direta entre o sucesso acadêmico — definido como a conclusão do curso no período regular — e o acesso às políticas de assistência estudantil. Embora a meta de sucesso estabelecida pela UFMS tenha sido alcançada apenas em 2023, o desempenho real da instituição não se distancia significativamente do previsto, o que sugere que a assistência estudantil tem um impacto positivo direto no sucesso dos alunos.

Uma particularidade da política de assistência estudantil da UFMS é seu modelo de organização. Além dos benefícios como auxílio-permanência, alimentação e moradia, a universidade oferece assistência psicossocial voluntária. O objetivo

desse serviço é acompanhar a trajetória dos estudantes e assegurar que os beneficiários alcancem o êxito acadêmico.

Conforme a Resolução nº 124 do Conselho Universitário (COUN) da UFMS, publicada em agosto de 2021, a instituição disponibiliza os seguintes auxílios no âmbito de sua política de assistência estudantil, que são detalhados no Quadro 5.

**Quadro 5 – Auxílios da Política de Assistência Estudantil - UFMS**

Tipo de auxílio	Descrição
I - Auxílio Permanência:	O Auxílio Permanência é a subvenção financeira para estudantes a fim de subsidiar despesas com os estudos e contribuir para redução da evasão.
II - Auxílio-Creche;	O Auxílio-Creche é uma subvenção financeira destinada a estudantes com guarda de crianças menores de seis anos.
III - Auxílio-Alimentação;	O Auxílio-Alimentação é uma subvenção financeira, direta ou indireta, destinada ao atendimento das necessidades de alimentação dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.
IV - Auxílio-Moradia;	O Auxílio-Moradia é a subvenção financeira para o custeio de locação de imóveis por estudantes para cursar a graduação na UFMS.
V - Auxílio Financeiro para Participação em Eventos	O Auxílio Financeiro para Participação em Eventos é uma subvenção financeira de até um salário mínimo no valor vigente, concedida aos estudantes para apoiar a participação estudantil em eventos técnico-científicos, esportivos, culturais ou de representação institucional.

VI - Auxílio Financeiro para Apoio Pedagógico;	O Auxílio Financeiro para Apoio Pedagógico é uma subvenção financeira concedida a estudantes da UFMS selecionados para serem tutores de outros estudantes, em cursos de revisão dos conteúdos abordados no ensino médio, sendo que apenas os estudantes tutores receberão o Auxílio Financeiro para Apoio Pedagógico. Esse valor se configura como uma bolsa de incentivo para o desempenho dessas atividades.
VII - Auxílio Emergencial;	O Auxílio Emergencial é uma subvenção financeira oferecida ao estudante que esteja com dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, prioritariamente ingressante ou oriundo de município distinto da localização do Campus no qual está matriculado.
VIII - Auxílio de Inclusão Digital;	Não especificado
IX - Auxílio Empréstimo de Equipamentos; e	Não especificado
X - Auxílio Financeiro para Apoio ao Estudante com Deficiência e Altas	O Auxílio Financeiro para Apoio ao Estudante com Deficiência e Altas Habilidades é uma subvenção financeira destinada a estudantes da UFMS selecionados para fazerem o acompanhamento pedagógico de estudantes com deficiência e altas habilidades, nas atividades curriculares do curso.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de UFMS (2021).

A política de assistência estudantil da UFMS, conforme estabelecida na Resolução nº 124/2021 e explicitada na estrutura dos auxílios disponíveis, apresenta um modelo robusto, abrangente e diversificado de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica. O modelo da IES evidencia uma preocupação institucional com a equidade no acesso, permanência e êxito dos discentes na educação superior.

Dessa maneira, observa-se que o Auxílio Permanência é o eixo estruturador da política, atuando como suporte financeiro contínuo para estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o seu objetivo principal é mitigar os riscos de evasão decorrentes da precariedade material, garantindo que estudantes possam concentrar-se nos estudos sem comprometer sua subsistência. A concessão desse benefício, como subvenção direta, é essencial, sobretudo em um contexto de desigualdades socioeconômicas acentuadas.

Com base nisso, o Auxílio-Creche, por sua vez, aparece como um importante reconhecimento institucional das múltiplas jornadas vividas por estudantes que exercem a maternidade ou paternidade. Dessa forma, ao conceder apoio financeiro para o cuidado de crianças com até seis anos de idade, a UFMS contribui para a permanência de estudantes que acumulam responsabilidades familiares e acadêmicas, muitas vezes desamparadas por políticas públicas mais amplas.

Além disso, pode-se observar que o Auxílio-Alimentação prevê a possibilidade de atendimento direto ou indireto, através de repasses financeiros para a alimentação nos Restaurantes Universitários. Esse tipo de política é particularmente relevante para estudantes que enfrentam insegurança alimentar, bem como permite que estudantes em situação de vulnerabilidade social possam suprir suas necessidades alimentares no campus universitário.

Concomitantemente, pode-se observar o Auxílio-Moradia, voltado para o custeio de aluguel de estudantes que precisam se deslocar de seus municípios de origem para cursar graduação em campus da UFMS. Desse modo, pode-se observar que a moradia estudantil, mesmo em forma de auxílio financeiro, ou seja, o repasse financeiro para aluguel, tem impacto direto na permanência e no desempenho acadêmico.

Ao mesmo tempo, pode-se destaca-se um conjunto de auxílios que não aparecem nas outras universidades analisadas. Em razão disso, pode-se destacar o Auxílio Emergencial, que demonstra a sensibilidade da política institucional frente a

situações imprevisíveis, como perdas familiares, desemprego ou catástrofes naturais. Dessa maneira, sendo direcionado especialmente a ingressantes ou estudantes de fora da cidade do campus, este auxílio atua como uma rede de segurança temporária que pode evitar a evasão em momentos críticos.

Ademais, verifica-se que além dos auxílios tradicionais, a UFMS incorporou ações voltadas à inclusão e à acessibilidade, como o Auxílio de Inclusão Digital, o Auxílio Empréstimo de Equipamentos, e o Auxílio para Apoio ao Estudante com Deficiência e Altas Habilidades. Embora alguns desses não estejam detalhados na tabela, estes aparecem como inovações importantes, em termos de assistência estudantil, que buscam garantir condições mínimas de acesso a ferramentas tecnológicas e suporte pedagógico personalizado para estudantes com deficiência.

Por fim, torna-se importante analisar os critérios de elegibilidade, manutenção e exclusão dos estudantes das ações de assistência estudantil da UFMS. O Quadro 6 apresenta um esquema comparativo de critérios de elegibilidade, manutenção e exclusão comuns aos editais de 2020 a 2025.

**Quadro 6 – Critérios comuns para acesso e manutenção das políticas de assistência estudantil na UFMS – 2020 a 2025**

<b>Categoria</b>	<b>Critérios comuns</b>
<b>Elegibilidade</b>	Estar regularmente matriculado em curso presencial de graduação na UFMS.
	Possuir renda familiar per capita de não mais que 1 salário mínimo vigente, comprovada pelo CadÚnico.
	Não ter concluído outro curso de graduação (bacharelado, licenciatura ou tecnólogo).
	Não possuir penalidades disciplinares graves ou gravíssimas (últimos 6 meses).
	Preencher e manter atualizado o Perfil do Estudante no SISCAD.
	Apresentar a documentação obrigatória exigida por tipo de auxílio.
<b>Manutenção</b>	Permanecer matriculado em curso presencial da UFMS.
	Atualizar o CadÚnico conforme prazos estipulados.
	Manter a regularidade acadêmica e não ultrapassar dois semestres além do tempo regular do curso.
	Participar de eventuais acompanhamentos socioassistenciais solicitados pela PROAES ou pelo campus.
	Entregar documentos atualizados ou responder pendências quando solicitado.
	Renovar a inscrição quando exigido em editais subsequentes.
<b>Exclusão</b>	Apresentar documentação incompleta, irregular ou inconsistente.

	Não finalizar a inscrição no sistema (status "EDIÇÃO").
	Não corrigir pendências documentais no prazo de 3 dias úteis.
	Ultrapassar o tempo máximo de curso permitido (tempo regular + 2 semestres).
	Concluir curso de graduação durante o período do auxílio.
	Receber penalidade disciplinar durante a vigência do benefício.
	Acumular benefícios incompatíveis (conforme especificações do edital).
	Não apresentar movimentação acadêmica (ex: trancamento total).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise dos critérios de elegibilidade, manutenção e exclusão dos auxílios estudantis da UFMS revela uma política de assistência baseada no controle rigoroso das condições socioeconômicas dos estudantes.

Os critérios comuns de elegibilidade — como matrícula ativa em curso presencial, renda familiar *per capita* de até um salário mínimo, ausência de penalidades disciplinares e não conclusão prévia de curso de graduação — demonstram que o foco da universidade é garantir que os auxílios sejam destinados, prioritariamente, a estudantes em situação de vulnerabilidade.

A exigência da Folha Resumo do CadÚnico como único documento de comprovação de renda reflete um alinhamento com as políticas sociais federais, simplificando a análise documental. No entanto, essa exigência pode excluir estudantes vulneráveis que ainda não estão formalmente inscritos no CadÚnico ou cuja realidade social não é adequadamente refletida no documento.

Os critérios de manutenção demonstram que o papel da assistência estudantil não é apenas um suporte financeiro pontual, mas uma estratégia de permanência responsável e vinculada ao desempenho acadêmico e à regularidade institucional. O acompanhamento técnico, a atualização do CadÚnico e a limitação do tempo de recebimento ao período regular do curso (com margem de dois semestres) criam uma

relação de corresponsabilidade entre estudante e instituição. Esse processo exige a conclusão do curso no prazo previsto.

Por outro lado, os critérios de exclusão evidenciam um viés de controle e responsabilização individual, comum a políticas públicas de caráter focalizado. A não entrega de documentos, inconsistências cadastrais ou falhas administrativas da universidade — como a não finalização da inscrição no sistema — podem levar ao indeferimento ou à exclusão do programa.

### **4.3 Universidade de Brasília**

A Universidade de Brasília (UnB) é a maior instituição de ensino superior da região Centro-Oeste em número de estudantes matriculados. Fundada em 1962, a instituição surgiu no contexto da construção da nova capital federal e da necessidade de criar um centro de ciências na região. Seu objetivo era não apenas formar mão de obra técnico-científica e acadêmica para atuar em Brasília, mas também representar o projeto de modernidade que acompanhava a construção da nova capital.

Nesse contexto, a UnB se consolidou como uma das maiores universidades, não só do Centro-Oeste, mas de todo o país. Antes de apresentar o perfil dos estudantes, dos contemplados pelas políticas do PNAES e das ações de assistência estudantil, é importante destacar que a universidade enfrenta, no período de elaboração desta pesquisa, uma greve dos servidores técnico-administrativos. Por essa razão, a obtenção de dados e o acesso a relatórios foram dificultados. A busca, apresentação e discussão dos dados foram realizadas por meio de relatórios disponibilizados pela própria instituição e pela plataforma Dados Abertos UnB<sup>6</sup>.

Ao analisar a organização da Universidade de Brasília (UnB), observa-se que, até 2023, a instituição oferecia 144 cursos de graduação distribuídos em sete grandes áreas do conhecimento, como Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas, Educação, Ciências da Natureza e Biológicas, e Ciências da Tecnologia.

Em 2023, a universidade registrou 39.770 estudantes de graduação com matrícula ativa. O Quadro 7 detalha esses dados e mostra a evolução histórica do número de alunos no período de 2019 a 2023.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://dados.unb.br/>>

**Quadro 7 – População Universitária da UnB, 2019 a 2023**

Ano	Alunos de Graduação <sup>1</sup>	Alunos de Pós-Graduação <sup>1</sup>	Docentes <sup>2</sup>	Técnicos-Administrativos	Total
2019	39.699	8.819	2.890	3.233	54.641
2020	40.501	8.915	2.607	3.205	55.228
2021	41.983	9.938	2.595	3.131	57.647
2022	40.047	9.170	2.613	2.742	54.572
2023	39.770	10.366	2.618	3.007	55.761

**Fonte:** SIGRA, SIGER, SIGAA, DGP e CEsup (2023)

Ao analisar a distribuição de estudantes por unidades acadêmicas, é possível notar que a Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE) se destaca com o maior número de alunos matriculados na graduação, totalizando 3.393.

Em seguida, a Faculdade de Tecnologia (FT) concentra uma parte significativa dos estudantes, com 3.218 alunos com matrícula ativa. Por fim, a Faculdade do Gama (FGA), que oferece cinco cursos de graduação, abriga 2.991 estudantes.

O Quadro 8 apresenta a distribuição completa dos estudantes de graduação da UnB por unidade acadêmica.

**Quadro 8 – Número de estudantes de graduação da UNB, distribuídos por Unidade Acadêmica, com matrícula ativa – 2023.**

Unidade	Registrados na graduação
CEAD	0
CEAM	0
CDS	0
CDT	0
CET	270
IF	443
IREL	485
IPOL	498
FM	598
IG	608
IP	629
FUP	806
FCI	863
ICS	889

IQ	903
FAU	955
FEF	1.057
FAC	1.182
IB	1.257
FD	1.381
FE	1.410
FAV	1.461
IdA	1.875
FS	2.110
IE	2.260
FCE	2.602
IL	2.804
IH	2.822
FGA	2.991
FT	3.218
FACE	3.393
<b>Total</b>	<b>39.770</b>

**Fonte:** SIGRA, SIGER, SIGAA, DGP e CEnsúp (2023)

Ao analisar o perfil dos estudantes de graduação da UnB, observa-se que 53 são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino. Em relação à faixa etária, o Quadro 9 ilustra que a maior parte dos estudantes, 82% do total, tem entre 19 e 29 anos.

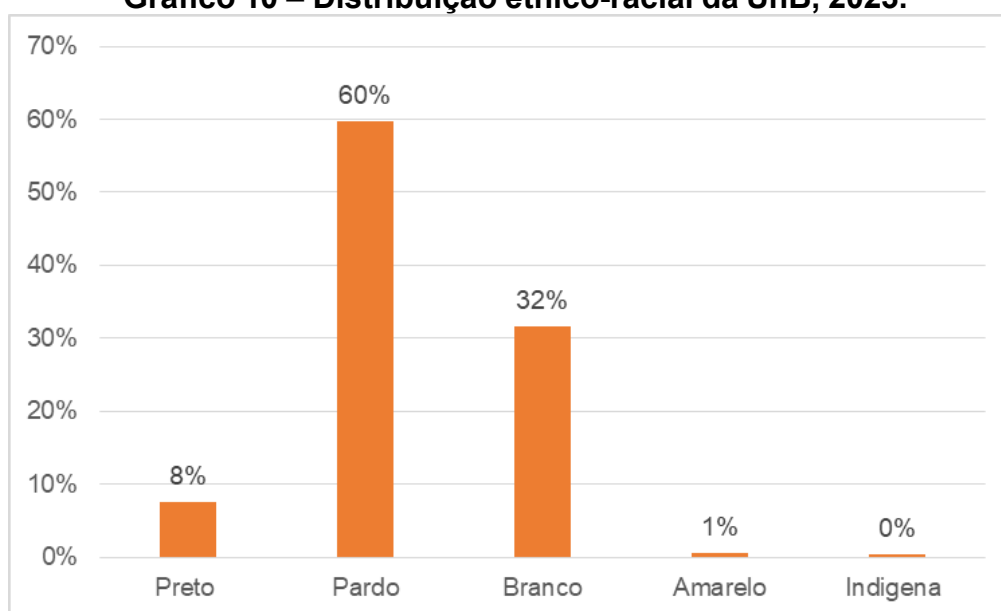
**Quadro 9 – Alunos regularmente registrados nos cursos de graduação, por faixa etária e sexo - 2023**

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	% FEMININO	MASCULINO	% MASCULINO	TOTAL	% TOTAL
Até 18 anos	1.343	56,9%	1.018	43,1%	2.361	5,9%
De 19 a 24 anos	14.296	54,6%	11.903	45,4%	26.199	65,9%
De 25 a 29 anos	3.070	46,9%	3.477	53,1%	6.547	16,5%
De 30 a 34 anos	830	46,7%	947	53,3%	1.777	4,5%
De 35 a 39 anos	446	43,1%	588	56,9%	1.034	2,6%
De 40 a 44 anos	361	45,4%	434	54,6%	795	2%
De 45 a 49 anos	223	47,2%	249	52,8%	472	1,2%
De 50 a 54 anos	136	47,7%	149	52,3%	285	0,7%
De 55 a 59 anos	81	46%	95	54%	176	0,4%
De 60 anos ou mais	52	41,9%	72	58,1%	124	0,3%
<b>Total</b>	<b>20.838</b>	<b>52,4%</b>	<b>18.932</b>	<b>47,6%</b>	<b>39.770</b>	<b>100%</b>

Fonte: DAC-UNB (2024)

Considerando os dados do Quadro 9, é possível notar que a maioria dos estudantes de graduação da UnB está na faixa etária de 19 a 24 anos, com uma prevalência de mulheres, que representam 14.296 estudantes (55%). A segunda maior faixa etária é a de 25 a 29 anos, que corresponde a 6.547 alunos (17%).

Ao analisar a distribuição étnico-racial, a UnB se destaca por ter sido uma das primeiras universidades brasileiras a implementar uma política de ações afirmativas para diversificar seu corpo estudantil a partir de programas compensatórios. Esse esforço reflete uma mudança no perfil racial das universidades no país, um fenômeno também observado em outras pesquisas, como a de Barroso et al. (2024).

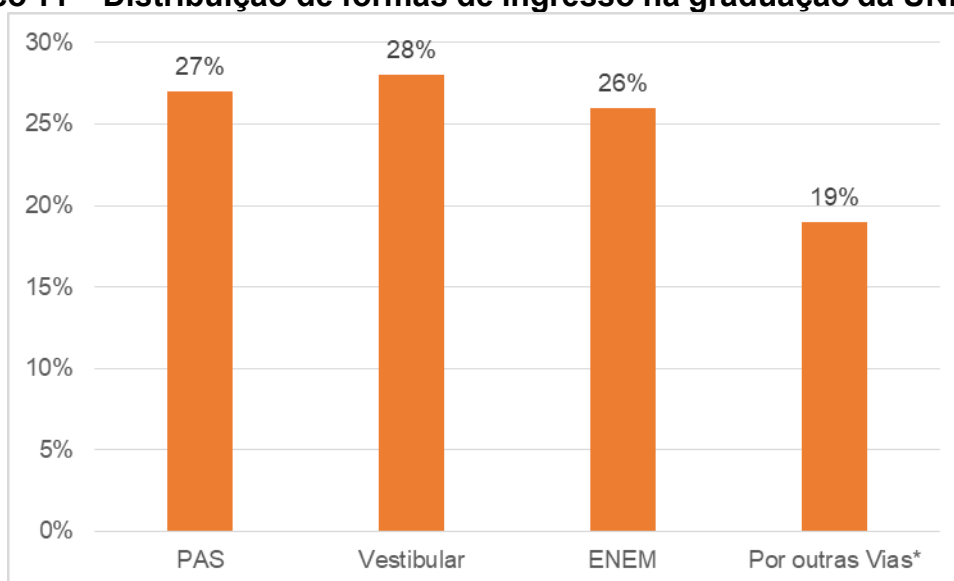
**Gráfico 10 – Distribuição étnico-racial da UnB, 2023.**

Fonte: UNB (2024).

A partir do Gráfico 10, é possível observar que os pardos correspondem a 60% dos alunos de graduação regularmente matriculados na UnB. Esse dado pode indicar o alcance das políticas de ações afirmativas na mudança da composição étnico-racial da universidade. O segundo grupo social mais prevalente é o de estudantes brancos, compondo 32% do total. Em seguida, os pretos correspondem a 8%, amarelos a 1% e indígenas a 0%<sup>7</sup>.

Em relação às formas de ingresso, a UnB adota um conjunto diversificado de meios de acesso. Destacam-se o próprio Vestibular, o ENEM e o Programa de Avaliação Seriada (PAS), além de outras modalidades como transferências, programas especiais e convênios. O Gráfico 11 apresenta a distribuição, em porcentagem, das formas de ingresso na graduação.

<sup>7</sup> Estudantes indígenas, de acordo com o relatório, em 149 estudantes (UNB, 2024).

**Gráfico 11 – Distribuição de formas de ingresso na graduação da UNB (2023)**

Fonte: UNB (2024).

A partir dos dados acima, pode-se observar que o Vestibular constitui a principal forma de ingresso na IES. No entanto, observa-se que o PAS representa 27% das formas de ingresso, o que também está relacionada a forma de composição e distribuição de vagas na instituição. Desse modo, destaca-se que a IES destina 50% das vagas para o ingresso por meio do PAS<sup>8</sup>, que consiste em uma avaliação sequencial dos estudantes, ainda no ensino básico, para ingresso no ensino superior. O ENEM representa 26% da forma de ingresso na UNB.

Com base nisso, evidencia-se que o Programa de Avaliação Seriada (PAS), responsável por 27% das admissões, demonstra a aderência da UnB a uma metodologia de avaliação contínua. Nesse sentido, a destinação de 50% das vagas para esse programa não é apenas uma distribuição quantitativa, mas uma política institucional que valoriza a trajetória acadêmica do estudante no ensino médio.

Nesse contexto, observa-se que ao invés de uma avaliação pontual e de alta pressão, o PAS mensura o desempenho e o engajamento do aluno ao longo de três anos, o que pode mitigar os efeitos do nervosismo e incentivar um aprendizado mais consistente e aprofundado. Além disso, a inclusão de obras de cunho literário, artístico e musical nas avaliações do PAS reflete um compromisso com a formação cultural e humanística dos candidatos.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.cebraspe.org.br/pas-unb/>>

Paralelamente, a utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que corresponde a 26% das formas de ingresso, amplia o alcance da universidade. Essa modalidade permite que a UnB atraia talentos de diversas regiões do país, promovendo a diversidade geográfica e socioeconômica em seu corpo discente. A integração do ENEM ao sistema de seleção é uma estratégia que alinha a UnB às políticas nacionais de acesso ao ensino superior, democratizando as oportunidades e oferecendo uma outra alternativa robusta aos exames próprios.

Em termos de Assistência Estudantil, a política é coordenada, gerida, implementada e avaliada pelo Decanato de Assuntos Comunitário (DAC), especificamente a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). Dessa maneira, pode-se observar que a IES possui 7 programas financiados por recursos do PNAES, sendo possível destacar:

- I – Programa de Auxílio Socioeconômico;
- II – Programa de Auxílio Moradia;
- III – Programa de Auxílio Creche;
- IV – Programa de Auxílio Transporte;
- V – Programa de Auxílio Emergencial;
- VI – Programa Transporte (LEDOC);
- VII – Programa de Auxílio Alimentação.

Nesse sentido, pode-se observar que Um dos pilares dessa política é o Programa de Auxílio Socioeconômico (PASE), que concede um auxílio financeiro mensal, com o objetivo de mitigar as desigualdades sociais e o risco de evasão. Este programa, cujo valor foi de R\$ 465,00 em 2021 e R\$ 500,00 em 2023, complementa-se a outras iniciativas e é regido pela Resolução do CAD nº 0025/2023, excluindo a participação de estudantes que já recebem a Bolsa Permanência do MEC.

Para além do apoio financeiro geral, a UnB oferece o Programa de Auxílio Moradia e o Programa de Auxílio Transporte. O primeiro é direcionado a estudantes que não são do Distrito Federal e não possuem familiares na região, disponibilizando vagas na Casa do Estudante Universitário (CEU) ou um auxílio em dinheiro, que foi de R\$ 530,00 em 2021 e se manteve em 2023. O Auxílio Transporte, por sua vez, apoia estudantes que residem no entorno do DF com suas famílias, com valores que variaram entre R\$ 300,00 e R\$ 200,00 mensais em 2023, além do programa específico

para os alunos da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), que receberam um auxílio de R\$ 300,00 para este fim.

Concomitantemente, observa-se que a instituição também demonstra preocupação com os estudantes que possuem responsabilidades parentais, oferecendo o Programa de Auxílio Creche. Desse modo, constata-se que este benefício financeiro, no valor de R\$ 485,00 mensais, é destinado a custear o desenvolvimento de crianças de zero a cinco anos incompletos, permitindo que os estudantes-mães e pais se dediquem aos seus estudos com maior tranquilidade.

Ao mesmo tempo, verifica-se que em situações de necessidade pontual, o Programa de Auxílio Emergencial (E-PASe), com valor de R\$ 465,00 em 2023, provê um suporte financeiro de caráter temporário, incluindo o Programa de Atenção à Diversidade (PADIV). Paralelamente, o Programa de Auxílio Alimentação, coordenado em parceria entre a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) e a Diretoria do Restaurante Universitário (DRU), garante refeições gratuitas (café da manhã, almoço e jantar) nos cinco campi da UnB. Este programa atende integralmente a demanda dos estudantes com perfil socioeconômico de vulnerabilidade, não havendo demanda reprimida, e ainda conta com um "Auxílio Alimentação Especial" de R\$ 465,00 para casos específicos.

Diante disso, pode-se observar, a partir do Quadro 10, o número absoluto de estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil da IES, exceto o auxílio alimentação.

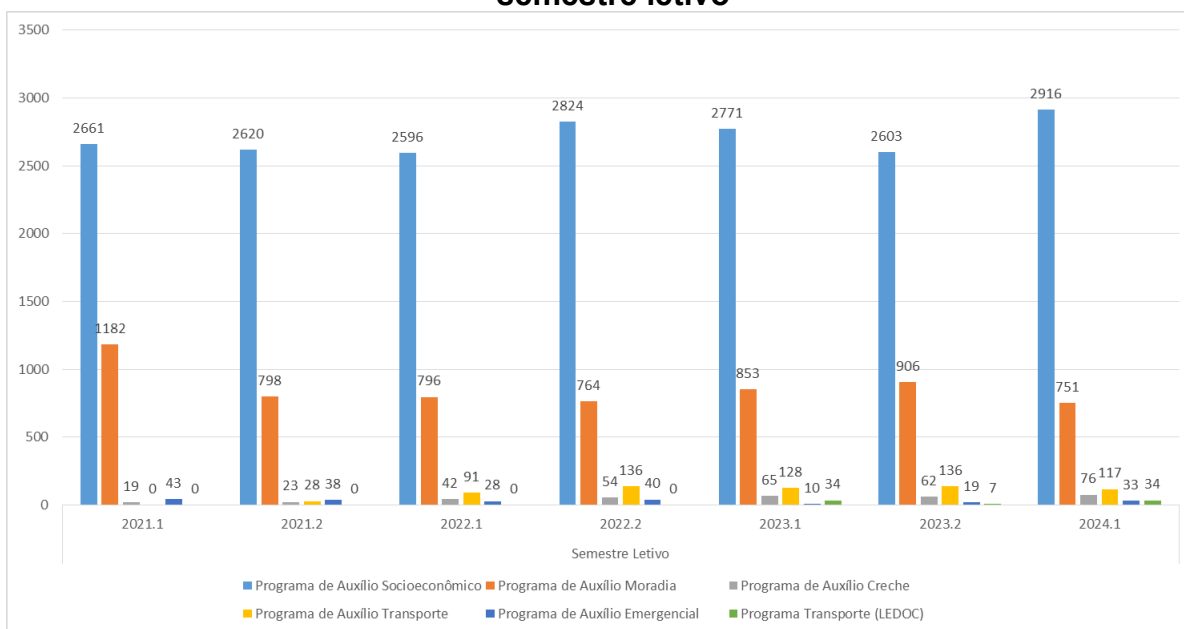
**Quadro 10 – Número de estudantes atendidos pelas PNAES na UNB, por semestre letivo.**

Programa	Semestre Letivo						
	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1
Programa de Auxílio Socioeconômico	2661	2620	2596	2824	2771	2603	2916
Programa de Auxílio Moradia	1182	798	796	764	853	906	751
Programa de Auxílio Creche	19	23	42	54	65	62	76
Programa de Auxílio Transporte	0	28	91	136	128	136	117
Programa de Auxílio Emergencial	43	38	28	40	10	19	33
Programa Transporte (LEDOC)	0	0	0	0	34	7	34

Fonte: UNB (2024b).

O gráfico 12 ilustra esses dados.

**Gráfico 12 - Número de estudantes atendidos pelas PNAES na UNB, por semestre letivo**



Fonte: UNB (2024b).

Pode-se observar, a partir do Quadro 10 e do Gráfico 12, que o Programa de Auxílio Socioeconômico se consolida como o de maior abrangência, atendendo o maior número de estudantes em todos os semestres. Sua demanda se mantém relativamente estável, com uma flutuação que varia entre 2.596 (em 2022.1) e 2.916

(em 2024.1), sugerindo uma necessidade contínua e massiva de apoio financeiro básico na comunidade acadêmica da UnB.

O Programa de Auxílio Moradia apresenta uma dinâmica de atendimento distinta. Após um pico inicial de 1.182 beneficiários em 2021.1, o número se estabiliza em uma faixa inferior, entre 751 e 906 estudantes, nos semestres subsequentes. Essa redução inicial pode ser reflexo de uma normalização pós-período atípico, mas indica que, apesar de essencial, sua demanda é menor do que a do auxílio socioeconômico, o que é esperado, dada a sua especificidade de público-alvo (estudantes de fora do DF).

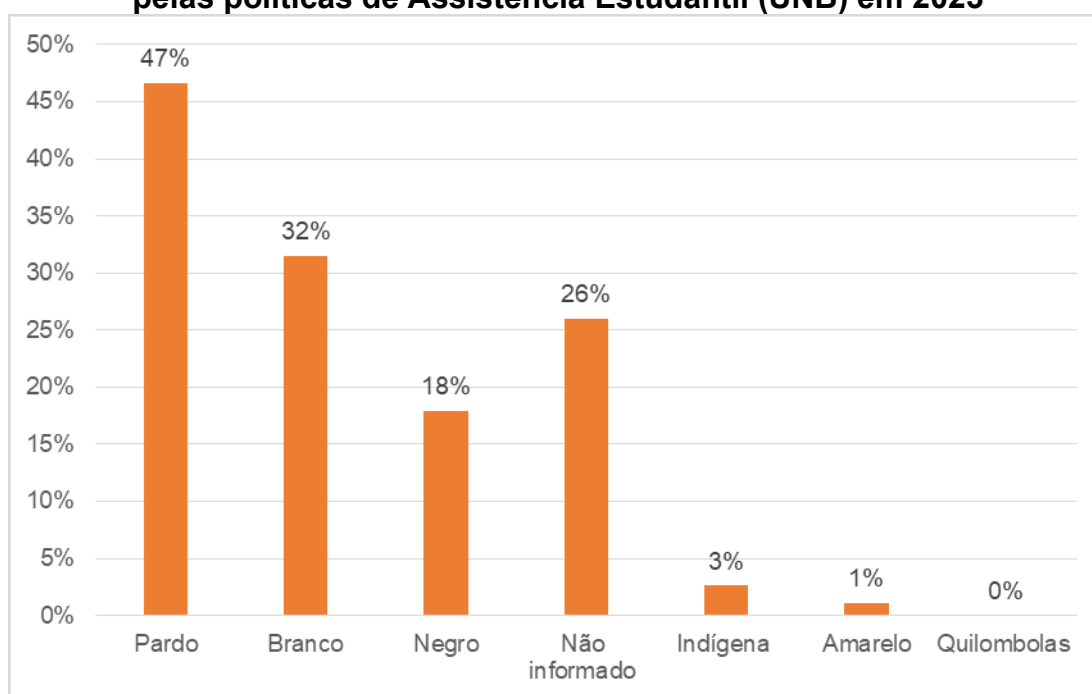
Por outro lado, o Programa de Auxílio Creche e o Programa de Auxílio Transporte mostram um crescimento progressivo e significativo. O auxílio creche, que começou com 19 atendimentos em 2021.1, ano de implementação, chegou a 76 em 2024.1. Da mesma forma, o auxílio transporte, que não havia registrado beneficiários em 2021.1, alcançou 117 em 2024.1. Esse aumento contínuo pode ser interpretado como um reflexo tanto da expansão da divulgação e do acesso a esses programas quanto do crescimento da demanda por parte de estudantes (pais ou mães) que se enquadram nos respectivos perfis (com filhos pequenos e/ou residentes no entorno do DF).

Os dados do Programa de Auxílio Emergencial demonstram uma variabilidade maior, com picos e quedas acentuadas, o que é esperado de um programa com essa natureza. Os números oscilam entre 10 (em 2023.1) e 43 (em 2021.1), refletindo a imprevisibilidade de situações de risco social, ou seja, [explique, é um conceito complexo].

Por fim, o Programa Transporte (LEDOC) é uma iniciativa recente, registrando seus primeiros atendimentos apenas em 2023.1. A flutuação entre 34, 7 e 34 beneficiários nos semestres seguintes indica que é um programa altamente específico, com uma demanda mais pontual e menor, mas que atende a uma necessidade particular e emergente. Em suma, a análise dos dados revela que, embora o auxílio socioeconômico seja o programa de base da assistência estudantil na UnB, outros programas, como os de auxílio creche e transporte, estão em ascensão, indicando um refinamento e uma expansão das políticas institucionais para atender a demandas cada vez mais específicas e diversificadas da comunidade estudantil.

Em termos de perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas Políticas de Assistência Estudantil na UNB, pode-se observar a partir do Relatório da Comissão Permanente Ação Orçamentária 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino Superior (PNAES, PROMISAES e INCLUIR), do ano base 2023, que 58% dos estudantes são mulheres, enquanto 42% são homens (UNB, 2024c). Concomitantemente, em relação a distribuição racial dos beneficiários, observa-se, a partir do Gráfico 13, que os pardos constituem o grupo racial mais contemplado por essas políticas.

**Gráfico 13 – Distribuição racial de estudantes de graduação contemplados pelas políticas de Assistência Estudantil (UNB) em 2023**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025), a partir de dados da DAE-UNB (2024c).

A maioria dos beneficiários das políticas de assistência estudantil na UnB em 2023 se autodeclarou parda, representando a maior fatia do gráfico com 47% do total. Em seguida, estão os estudantes que se autodeclararam pretos, com 18% dos atendimentos. Juntos, os estudantes Pretos e Pardos, que compõem o grupo de pessoas negras, representam 65% dos beneficiários das políticas de assistência estudantil. Os estudantes que se autodeclararam brancos compõem o segundo maior grupo de atendidos, com 32% do total. Por fim, os grupos de estudantes Amarelos e Indígenas representam as menores parcelas, com 1% e 3%, respectivamente.

Essa distribuição racial dos beneficiários das políticas de assistência estudantil da UnB sugere que os programas estão, de fato, alcançando e atendendo a uma

demanda significativa entre os grupos raciais que, historicamente, enfrentam maiores vulnerabilidades socioeconômicas no contexto brasileiro. A alta concentração de atendimentos entre estudantes Pretos e Pardos, que juntos somam mais de dois terços dos beneficiários, reflete uma correlação entre as políticas de ação afirmativa e a necessidade de suporte socioeconômico para a permanência e a diplomação desses estudantes no ensino superior. A presença de estudantes Brancos, Amarelos e Indígenas no quadro de beneficiários indica que os programas são destinados a todos os que se enquadram nos critérios de vulnerabilidade, independentemente de raça, mas a distribuição racial reforça o papel da assistência estudantil como ferramenta de equidade.

Ao analisar os indicadores da AE, a instituição dispõe de oito indicadores para avaliar a efetividade dessa política. Nesse sentido, pode-se destacar:

- 1) **Indicador de Diplomação dos estudantes da Assistência Estudantil (ID)**: Mensura a taxa de conclusão, relacionando-se com o Objetivo II.
- 2) **Indicador de IRA superior a 3,0 (II)**: Mensura o percentual de atendidos com IRA superior a 3, relacionando-se com a permanência do estudante na educação superior, também conforme o Objetivo II.
- 3) **Indicador de Retenção dos estudantes da Assistência Estudantil (IR)**: Mensura o percentual de estudantes ativos que já ultrapassaram dois semestres do tempo médio/regular do curso, a fim de monitorar e reduzir a retenção, conforme o Objetivo III.
- 4) **Indicador do Tempo de Conclusão de curso dos estudantes da assistência estudantil (ITC)**: É a média da razão entre o tempo que o estudante beneficiado levou para concluir o curso, em relação ao tempo médio do seu respectivo curso (informado pela SAA). Este indicador se relaciona com as condições de permanência democratizadas – Objetivo I.
- 5) **Indicador de Demanda Reprimida (IDR)**: Mensura o percentual de estudantes com perfil para participar no programa que não foi contemplado por insuficiência de vaga. Também se relaciona com o Objetivo I, já que as condições de permanência não são democratizadas

se estudantes com perfil para o programa não são contempladas por limitação de recursos.

- **6) Indicador de estudantes da assistência estudantil participantes de PIBID, PIBIC e Programas de Extensão (IP):** aponta o percentual de estudantes que são da assistência estudantil, entre aqueles que participam de PIBID, PIBIC e Programas de Extensão. Este indicador conversa com os objetivos I e IV, pois a participação em projetos além de salas de aula contribui para a inclusão social pela educação e coma democratização das condições de permanência. Neste Relatório não há, para o 2023.2, este indicador, uma vez que a informação dos participantes de PIBID, PIBIC, PIBIT e Programas de Extensão na Universidade não chegou a tempo do cálculo do Indicador.
- **7) Indicador de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos (IV):** traduz o percentual de estudantes participantes década programa que foram identificados como em situação de vulnerabilidade por uma avaliação socioeconômica na Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS/DAC. Assim como o indicador anterior, também se relaciona com os objetivos I e IV.

Nesse sentido, ao analisar o Relatório da Comissão Permanente Ação Orçamentária 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino Superior (PNAES, PROMISAES e INCLUIR), pode-se destacar resultados importantes dos indicadores O Indicador de Diplomação (ID) demonstra que os programas estão ligados ao sucesso acadêmico, com taxas elevadas. O auxílio alimentação, por exemplo, apresentou uma taxa de 90% de diplomação, superando a média geral de 86% entre os assistidos. O auxílio creche e os programas da Diretoria de Acessibilidade (DACES) atingiram um impressionante 100% de diplomação no segundo semestre de 2023, o que ressalta o papel crucial desses programas na remoção de barreiras específicas (UNB, 2024c).

Paralelamente, a análise do Indicador de IRA (Índice de Rendimento Acadêmico) superior a 3,0 corrobora a conclusão de que os estudantes em assistência mantêm um desempenho acadêmico sólido. Desse modo, observa-se que com 84% dos beneficiários dos programas da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) atingindo esse patamar, pode-se aferir que o suporte financeiro e social não apenas

impede a evasão, mas também fomenta um ambiente propício à excelência acadêmica (UNB, 2024c).

Concomitantemente, a questão do tempo de permanência na universidade é abordada pelo Indicador de Retenção (IR) e o Indicador de Tempo de Conclusão (ITC). Os dados de retenção, que se mostram baixos (após o devido ajuste pelo período da pandemia), sugerem que os programas são eficientes em manter os estudantes ativos. No entanto, o tempo de conclusão de curso dos beneficiários é, em média, 29% superior ao dos estudantes não assistidos. Essa discrepância, embora tolerável pela normativa institucional para a DACES, que é de 2 semestres, sugere que, apesar do apoio, os estudantes em situação de vulnerabilidade enfrentam desafios adicionais que prolongam sua jornada acadêmica (UNB, 2024c).

Diante disso, torna-se importante analisar, de forma comparada, os editais de Assistência Estudantil da UNB, compreendendo os critérios de elegibilidade, manutenção e exclusão.

**Quadro 11 - Critérios comuns para acesso e manutenção das políticas de assistência estudantil na UNB – 2020 a 2024**

<b>Aspecto</b>	<b>Critérios</b>
<b>Elegibilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial (a partir de 2022, inclui também pós-graduação stricto sensu).</li> <li>• Estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou risco social, conforme avaliação socioeconômica da DDS.</li> <li>• Apresentar renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo (em 2024, manteve-se esse parâmetro).</li> <li>• Ser prioritariamente egresso de escola pública ou ingressante por cotas.</li> <li>• Para auxílio moradia e transporte: não possuir núcleo familiar no DF e residir em outras UF ou entorno.</li> <li>• Apresentar documentação comprobatória completa, conforme exigido no edital, no Cadastro Único do SIGAA.</li> </ul>
<b>Manutenção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Permanecer matriculado e frequentando regularmente as disciplinas (não pode estar com Trancamento Geral de Matrícula).</li> <li>• Manter o perfil socioeconômico que justificou a concessão do auxílio (comunicar alterações de renda, composição familiar ou moradia).</li> <li>• Renovar a avaliação socioeconômica quando solicitado ou dentro do prazo estabelecido.</li> <li>• Atualizar a documentação pendente dentro do prazo (até 3 oportunidades; caso não seja regularizado, o pedido é cancelado).</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não acumular auxílios com a mesma finalidade e respeitar o teto de até 1,5 salário mínimo em benefícios (em 2024, o teto foi reduzido para 1 SM).</li> </ul>
<b>Exclusão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar documentação falsa ou informações incorretas (sujeito a responsabilização penal).</li> <li>• Não atender às solicitações de complementação de documentos ou não responder às convocações da equipe social</li> <li>• Ultrapassar o limite de benefícios acumulados permitido.</li> <li>• Deixar de atender aos requisitos de matrícula e frequência estabelecidos pela UnB.</li> <li>• Alteração no perfil socioeconômico que descaracterize a vulnerabilidade sem comunicação prévia.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

O quadro evidencia que, entre 2020 e 2024, a política de assistência estudantil da UnB manteve como eixo central a avaliação socioeconômica como condição de acesso, com foco em estudantes em situação de vulnerabilidade, mas necessita de aperfeiçoamentos nos mecanismos de controle e manutenção dos benefícios. A renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo permaneceu como critério fundamental de elegibilidade, embora em 2024 o limite para acúmulo de auxílios tenha sido reduzido para 1 salário mínimo, o que indica um esforço de redistribuição mais equitativa dos recursos. Observa-se também um refinamento nas exigências documentais e no acompanhamento dos beneficiários, com prazos mais curtos para regularização de pendências e possibilidade de cancelamento automático em caso de inércia.

#### **4.4 Assistência estudantil: monitoramento da execução em três universidades do centro-oeste**

##### *4.4.1 A assistência estudantil em três universidades do Centro-Oeste*

A política de assistência estudantil no ensino superior público brasileiro, formalizada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), constitui um instrumento demasiadamente importante para a democratização das condições de permanência dos estudantes. Historicamente, observa-se que a educação superior no Brasil esteve restrita às elites, mas a partir dos anos 2000, com a expansão

universitária e a implementação de políticas de ações afirmativas, o perfil discente tornou-se mais diverso.

Essa mudança, embora positiva, intensificou o problema da permanência, evidenciando a necessidade de uma política robusta que lidasse com as vulnerabilidades socioeconômicas dos novos ingressantes. É nesse contexto que as universidades federais do Centro-Oeste — Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade de Brasília (UnB) — desenvolveram e aprimoraram suas políticas, revelando abordagens alinhadas aos princípios do PNAES, mas com particularidades institucionais.

Nesse sentido, o Quadro 12 apresenta as principais características da assistência estudantil nas três IES, buscando destacar não somente as suas particularidades, mas também aspectos como a gestão das políticas, os critérios de elegibilidade comuns e as particularidades existentes.

**Quadro 12 – Características da Assistência Estudantil em três universidades do centro-oeste**

<b>Característica</b>	<b>Universidade Federal de Goiás (UFG)</b>	<b>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)</b>	<b>Universidade de Brasília (UnB)</b>
<b>Órgão gestor da política</b>	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES)	Decanato de Assuntos Comunitários (DAC)
<b>Principais Programas</b>	Programa de Moradia Estudantil, Programa de Alimentação, Bolsa Apoio Pedagógico, Bolsa Canguru, Programa de Instrumental Odontológico (PIOdont), Programa Acolhe UFG, Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Negros Quilombolas (PAEIQ).	Auxílio Permanência (eixo central), Auxílio-Creche, Auxílio-Alimentação.	Programa de Auxílio Socioeconômico (PASE), Programa de Auxílio Moradia, Programa de Auxílio Transporte, Programa de Auxílio Creche, Programa de Auxílio Emergencial, Programa de Auxílio Alimentação.
<b>Critério de Elegibilidade</b>	Vulnerabilidade socioeconômica.	Renda familiar per capita de até um salário mínimo. Exigência da Folha Resumo do CadÚnico.	Renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo, com limite de acúmulo de auxílios reduzido para um salário mínimo em 2024.

<b>Particularidades</b>	Diversidade de programas específicos para grupos minoritários e estudantes com filhos. A maioria dos beneficiários é do sexo feminino.	Foco no Auxílio Permanência como o principal instrumento de apoio financeiro.	O Auxílio Socioeconômico é o programa de maior abrangência. Observa-se um crescimento dos Auxílios Creche e Transporte.
-------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

O quadro 12 permite considerar uma diversidade de programas, estratégias e formas de gestão da assistência estudantil nas três universidades analisadas. Nesse sentido, pode-se observar que a UFG, sob a gestão da PRAE, distingue-se pela diversidade de programas agrupados dentro da assistência estudantil, o que demonstra uma política de inclusão detalhada e direcionada a grupos específicos. Nesse sentido, pode-se mencionar, por exemplo, o Programa de Instrumental Odontológico (PIOdont), que oferece empréstimo de materiais a estudantes de baixa renda do curso de Odontologia, indo além do suporte financeiro básico para atender a necessidades específicas da formação profissional.

Além disso, a Bolsa Canguru e o Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Negros Quilombolas (PAEIQ) reforçam essa abordagem, buscando mitigar as barreiras culturais e sociais que esses estudantes enfrentam. Em relação a esses programas, verifica-se que a predominância de beneficiárias do sexo feminino indica uma atenção especial a este público, que constitui a maioria dos estudantes da universidade e, conseqüentemente, integra um dos grupos sociais que enfrenta maiores barreiras na permanência.

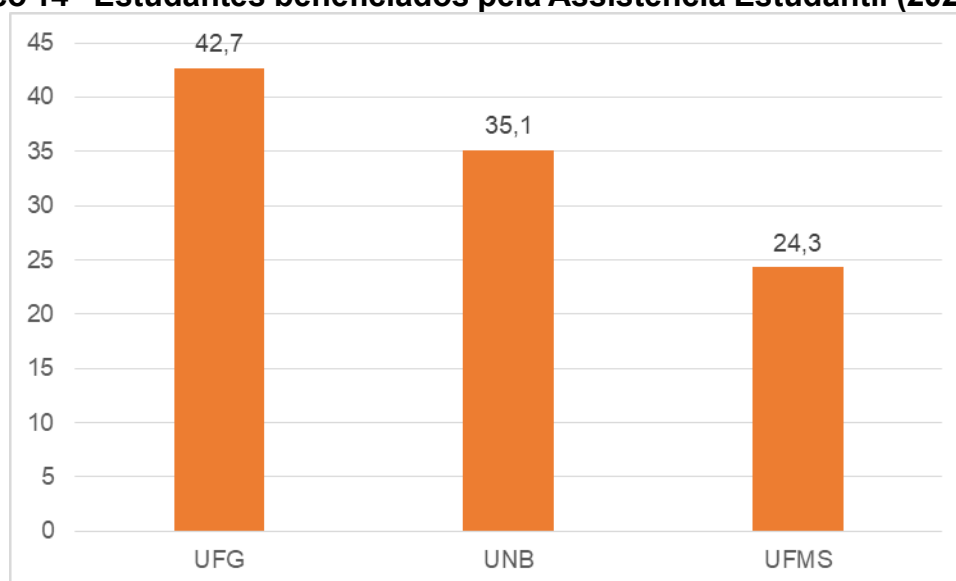
Concomitantemente, ao considerar a UFMS, em que a AE é implementada e gerida pela PROAES, evidencia-se que a IES adota uma política de assistência robusta e diversificada, em que o Auxílio Permanência aparece como seu eixo central. Na instituição, constata-se que esse auxílio atua como suporte financeiro contínuo, focado em mitigar os riscos de evasão por precariedade material. Desse modo, o critério de renda familiar per capita de até um salário mínimo e a exigência do CadÚnico demonstram um alinhamento com as políticas sociais federais, simplificando a análise documental e direcionando os recursos de forma prioritária aos estudantes em maior vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, observa-se que a oferta de Auxílio-Creche também reconhece e apoia os estudantes que exercem a maternidade

ou paternidade, um grupo que enfrenta desafios específicos na permanência acadêmica.

Por fim, a UnB, por sua vez, opera seus programas sob a responsabilidade do DAC. Desse modo, o Programa de Auxílio Socioeconômico (PASE) é a principal ferramenta, com valores que variaram de R\$ 465,00 em 2021 para R\$ 500,00 em 2023. Os dados institucionais demonstram que este programa é o de maior abrangência, atendendo o maior número de estudantes. Além disso, observa-se a partir do “Relatório de Gestão da DDS -2021 – 2024” uma dinâmica de demanda crescente, entre 2021 e 2024, por Auxílios Creche e Transporte, refletindo a necessidade de adaptação da política às realidades dos estudantes que são pais/mães ou que residem no entorno do Distrito Federal. A redução do limite para acúmulo de auxílios em 2024 para 1 salário mínimo indica um esforço institucional de redistribuição mais equitativa dos recursos, buscando atender a um maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade (UNB, 2024b).

Desse modo, observa-se que embora as três instituições operem sob o mesmo guarda-chuva do PNAES, suas políticas de assistência estudantil são moldadas por suas particularidades regionais, demográficas e administrativas. O que emerge dessa análise é que não existe um modelo único, uma vez que cada universidade implementa sua política com base em suas prioridades e desafios, seja buscando a diversificação para atender a grupos específicos (UFG), a centralização para garantir um suporte financeiro amplo (UFMS), ou a adaptação contínua para responder a demandas emergentes (UnB). Nesse contexto, verifica-se que a eficácia de cada modelo, portanto, deve ser avaliada não apenas pela quantidade de auxílios concedidos, mas pela sua capacidade de promover a permanência e o sucesso acadêmico do seu público discente.

Em termos de estudantes atendidos, pode-se observar que a UFG cobre 42,7% dos estudantes matriculados, a UNB corresponde a 35,1% e a UFMS representa 24,3% dos estudantes matriculados. O Gráfico 14 apresenta a distribuição desses dados.

**Gráfico 14 - Estudantes beneficiados pela Assistência Estudantil (2022–2024)**

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise dos dados revela diferenças expressivas na abrangência da política de assistência estudantil entre as três universidades analisadas. A UFG se destaca por atender 42,7% de seus estudantes, o que evidencia uma política mais consolidada e com maior capilaridade em seus campi. Esse índice sugere não apenas um investimento mais robusto em termos de recursos, mas também a existência de mecanismos de gestão capazes de identificar e alcançar o público-alvo prioritário. A UnB, com 35,1% de cobertura, também apresenta resultados significativos, especialmente considerando sua estrutura complexa e a diversidade de programas complementares integrados ao PNAES, como os serviços psicossociais e pedagógicos. Por outro lado, a UFMS, com 24,3% dos estudantes atendidos, demonstra um processo ainda em consolidação, refletindo as limitações orçamentárias e a necessidade de ampliar a descentralização das ações entre os campi.

Diante disso, observa-se que os dados evidenciam que o grau de cobertura da assistência estudantil está diretamente associado à capacidade de gestão institucional e à priorização da permanência como eixo estratégico da política universitária. Em termos de relação entre assistência estudantil e evasão, pode-se observar o quadro 13, em que a taxa de evasão entre os contemplados é menor do que a média geral.

**Quadro 13 - Impacto da assistência estudantil sobre a evasão (2021–2024)**

<b>Universidade</b>	<b>Taxa média de evasão geral</b>	<b>Taxa de evasão entre beneficiários</b>	<b>Redução percentual da evasão</b>
UFG	18,5%	12,8%	-30,8%
UFMS	20,3%	16,9%	-16,7%
UnB	17,1%	13,6%	-20,5%

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Os dados do Quadro 13 indicam uma relação positiva entre o acesso aos benefícios e a redução das taxas de desistência. A UFG novamente apresenta o desempenho mais expressivo, com redução de 30,8% da evasão entre beneficiários, o que reforça a efetividade de um modelo que combina auxílios financeiros e programas de acolhimento e acompanhamento. Na UnB, a redução é de 20,5%, resultado que pode ser atribuído à integração entre assistência material e suporte psicopedagógico, indicando que fatores subjetivos também influenciam fortemente na permanência estudantil.

Nesse sentido, observa-se que na UFMS a redução de 16,7% demonstra avanços, embora ainda limitados, em razão da menor cobertura e da concentração das ações em determinadas unidades. Esses achados permitem inferir que a efetividade da política de assistência estudantil não depende apenas da oferta de auxílios financeiros, mas também da existência de estratégias institucionais integradas que favoreçam o acompanhamento contínuo e o bem-estar acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

**Quadro 14 - Síntese comparativa da estrutura e resultados da assistência estudantil nas universidades do Centro-Oeste**

<b>Universidade</b>	<b>Estrutura de Gestão</b>	<b>Cobertura do PNAES</b>	<b>Redução da Evasão</b>	<b>Principais Desafios</b>
<b>UFG</b>	Descentralizada e consolidada	Alta ( $\approx 43\%$ )	30% menor entre bolsistas	Manter equilíbrio entre câmpus
<b>UFMS</b>	Centralizada, em adaptação	Moderada ( $\approx 25\%$ )	Parcial, variação regional	Orçamento e logística
<b>UnB</b>	Ampla, mas morosa	Boa ( $\approx 35\%$ )	Moderada	Agilidade e integração interna

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

A análise comparativa das três universidades evidencia que, embora todas compartilhem o mesmo marco normativo do PNAES, as formas de implementação e gestão da assistência estudantil variam significativamente conforme a estrutura administrativa, os recursos disponíveis e as demandas regionais. Observa-se que a UFG apresenta um modelo mais consolidado e descentralizado, com resultados expressivos na redução da evasão entre bolsistas; a UFMS, por sua vez, ainda enfrenta desafios de adaptação e limitações orçamentárias que impactam a abrangência e a efetividade de suas ações; enquanto a UnB, apesar de possuir uma estrutura ampla e diversificada, apresenta dificuldades relacionadas à agilidade e integração interna.

Esses resultados indicam que o êxito da política de permanência não depende apenas da quantidade de recursos aplicados, mas também da capacidade institucional de integrar os auxílios a estratégias pedagógicas e psicossociais, promovendo um acompanhamento contínuo dos estudantes. Assim, a efetividade da assistência estudantil está diretamente associada à consolidação de uma governança participativa e ao desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação, capazes de orientar decisões e aprimorar as políticas de inclusão e equidade no ensino superior público.

#### *4.4.2 Impactos da assistência estudantil na permanência e conclusão do curso de graduação*

A análise dos impactos da assistência estudantil na permanência e conclusão da graduação nas universidades federais do Centro-Oeste permite compreender como diferentes arranjos institucionais e programáticos se traduzem em trajetórias acadêmicas mais ou menos exitosas. Nesse sentido, tomando como referência as IES objetos desse trabalho, observa-se que todas as instituições se estruturam a partir das diretrizes do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mas apresentam desenhos próprios, com especificidades nos programas, critérios de elegibilidade e formas de monitoramento.

Desse modo, ao observar o perfil dos beneficiários, verifica-se que a assistência estudantil se concentra, majoritariamente, em estudantes de baixa renda e oriundos da escola pública. Na UFG, por exemplo, 95% dos atendidos são egressos da rede pública. O programa de maior abrangência é o Apoio Pedagógico, que concentra 40% dos estudantes beneficiados, seguido pela Moradia (26%) e pelo Centro de Esporte e Cultura (13%). Além disso, verifica-se outros programas relevantes, como o PAEIQ (9%), a Bolsa Permanência MEC (5,6%), a Bolsa Canguru (4,4%) e o Acolhe UFG (2%).

Na UFMS, conseqüentemente, o perfil dos contemplados demonstra que 55% dos beneficiários são mulheres e 45% homens, com cerca de um terço dos ingressantes vindo de ações afirmativas. A instituição reformulou sua política de assistência estudantil, estabelecendo critérios mais rígidos, condicionalidades e acompanhamento contínuo, conforme se observa nas metas estabelecidas pela IES.

Na UnB, o PASE é o programa de maior alcance, atendendo entre 2,6 e 2,9 mil alunos por semestre entre 2022 e 2024. A moradia estudantil mantém números estáveis, enquanto creche e transporte vêm apresentando crescimento, conforme se observou anteriormente. Em termos de perfil, verifica-se que 58% dos atendidos são mulheres e 65% se autodeclaram negros (47% pardos e 18% pretos).

**Quadro 15 – Aspectos específicos da Assistência Estudantil**

<b>Indicador</b>	<b>UFG</b>	<b>UFMS</b>	<b>UnB</b>
% beneficiários de escola pública	95%	Dados não informados	Dados não informados
Maior programa por nº atendidos	Apoio Pedagógico (40%)	Auxílio Permanência (eixo)	PASe (2,6-2,9 mil/sem.)
Programas específicos	PAEIQ; Bolsa Canguru; PIOdont	Emergencial; PcD/Altas Habilidades; Inclusão Digital	Creche; Transporte (inclui LEDOC)
Elementos específicos	Moradia+CEU somam 39% dos atendimentos	Endurecimento de critérios; monitoramento; pressão orçamentária	Crescimento de creche e transporte; estabilização de moradia

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

Os resultados observados indicam efeitos positivos da assistência estudantil sobre a permanência, o desempenho e a conclusão da graduação. Na UFG, a concentração de 40% dos beneficiários no Apoio Pedagógico revela a importância de medidas voltadas ao desempenho acadêmico direto, ao passo que a forte presença de programas de moradia e alimentação garante condições materiais de permanência. Embora não haja dados consolidados de diplomação por programa, é possível inferir que tais arranjos reduzem trancamentos e abandonos.

Na UFMS, a instituição registrou melhora significativa nos indicadores de sucesso após a reformulação de sua política de auxílios, atingindo a meta institucional em 2023. O modelo, que conta com monitoramento e condicionalidades, contribuiu para a redução da evasão e para a conclusão no tempo regular, embora a limitação orçamentária continue a representar um desafio.

Concomitantemente, ao observar a UnB, os dados são mais detalhados e revelam taxas elevadas de diplomação entre os beneficiários, tendo uma média de 86%, chegando a 90% entre os atendidos pelo auxílio alimentação e 100% entre os contemplados com auxílio creche. Além disso, 84% dos estudantes assistidos pela DDS apresentam IRA igual ou superior a 3,0. Apesar da baixa retenção, os beneficiários demoram, em média, 29% mais tempo para concluir o curso do que os não assistidos, o que reflete tanto condições de vulnerabilidade quanto a capacidade dos auxílios de evitar a evasão.

Nesse sentido, o quadro 16 apresenta a distribuição desses dados, buscando refletir sobre a relação entre a integração dos estudantes na AE, desempenho acadêmico e formação no período regular.

**Quadro 16 – Relação entre assistência estudantil, desempenho acadêmico e formação no período regular**

<b>IES</b>	<b>Diplomação (assistidos)</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Retenção / Tempo</b>
UFG	Foco na cobertura por programas	Ênfase em Apoio Pedagógico (40% dos atendidos)	Moradia+CEU (39%) → redução de riscos de trancamento/abandono
UFMS	Meta de sucesso atingida em 2023	Condicionalidades e acompanhamento	Reformulação reduziu discrepâncias e reforçou permanência
UnB	Média 86%; Alimentação 90%; Creche/DACES 100% (2023.2)	84% com IRA $\geq$ 3	Retenção baixa; tempo de conclusão +29% (beneficiários)

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

O quadro 16 evidencia que cada instituição adota estratégias distintas. Nesse sentido, a UFG aposta na diversificação programática, a UFMS reforça a focalização com monitoramento rigoroso e a UnB apresenta indicadores quantitativos de efetividade, com taxas de diplomação elevadas entre assistidos. Em comum, todas demonstram que a assistência estudantil é determinante para reduzir a evasão, melhorar o desempenho e possibilitar a conclusão do curso, ainda que, em muitos casos, o tempo de integralização seja maior. Os dados também revelam que programas focalizados, como creche e alimentação, geram impactos significativos e consistentes, com taxas de diplomação próximas ou iguais a 100%.

As diferenças entre as universidades decorrem não apenas do desenho dos programas, mas também de restrições orçamentárias e de estratégias de gestão. A UFMS, por exemplo, explicita a necessidade de recursos adicionais para cobrir a demanda reprimida, enquanto a UnB apresenta indicadores claros sobre retenção e tempo de curso. Por outro lado, ao analisar a UFG, verifica-se como a diversificação de modalidades permite atender diferentes perfis de estudantes.

De forma geral, observa-se que ao oferecer condições materiais, pedagógicas e de acolhimento, essas políticas possibilitam a permanência e a diplomação de estudantes em situação de vulnerabilidade. No entanto, persistem desafios

importantes, como a padronização de indicadores entre universidades, a necessidade de maior previsibilidade orçamentária e a expansão de programas focalizados de alto impacto. A experiência comparada de UFG, UFMS e UnB mostra que, apesar das diferenças institucionais, a assistência estudantil tem sido decisiva para transformar trajetórias acadêmicas e ampliar o acesso real ao direito à educação superior pública.

#### *4.4.3 Assistência estudantil e permanência: experiências e boas práticas de gestão*

A permanência no ensino superior está diretamente relacionada à capacidade das universidades de responderem às desigualdades sociais que marcam o percurso dos estudantes em situação de vulnerabilidade. O ingresso, viabilizado pelas políticas de democratização do acesso, perde efetividade se não houver mecanismos institucionais capazes de assegurar condições para que esses estudantes concluam seus cursos. Nesse sentido, a assistência estudantil, ao longo dos últimos anos, consolidou-se como política estruturante no interior das IFES.

Dessa maneira, ao analisar a política e sua efetivação comparando as três instituições, destaca-se a diversificação dos programas de assistência estudantil. Embora todas implementem os auxílios previstos pelo PNAES – alimentação, moradia, transporte, saúde e inclusão digital –, algumas universidades ampliaram a abrangência da política ao criar iniciativas voltadas a demandas específicas. Nesse sentido, pode-se observar que na UFG, por exemplo, existem programas como a Bolsa Canguru, voltada a estudantes com filhos pequenos, e o atendimento diferenciado a indígenas e quilombolas.

Essa prática evidencia, sobretudo, um esforço em reconhecer desigualdades interseccionais que ultrapassam a dimensão socioeconômica e se articulam a fatores étnico-raciais, culturais e de gênero. Dessa maneira, ao adotar medidas específicas para esses grupos, a universidade demonstra compreender que a permanência não pode ser garantida por políticas uniformes, devendo dialogar com a diversidade de trajetórias e contextos.

Desse modo, do ponto de vista da UFMS, por sua vez, verifica-se que a instituição buscou reforçar a assistência por meio da manutenção de creches universitárias, o que se alinha à lógica de apoio a estudantes em situação de parentalidade. Nesse contexto, observa-se que esse tipo de medida amplia o alcance

da política, pois não se restringe ao auxílio financeiro, mas cria condições concretas de conciliação entre a vida acadêmica e responsabilidades familiares.

Na UnB, concomitantemente, observa-se uma política de integração entre auxílios financeiros e serviços de apoio, como atendimento psicológico e pedagógico. Essa diversificação fortalece o caráter integral da assistência estudantil, reconhecendo que a evasão pode ser provocada tanto por fatores materiais quanto por questões subjetivas, como sobrecarga emocional, adoecimento mental e dificuldades de adaptação ao ambiente universitário.

Para além disso, do ponto de vista da transparência e critérios de elegibilidade, observa-se a gestão dos critérios de concessão dos auxílios. A pesquisa demonstra que as universidades analisadas têm buscado adotar mecanismos transparentes e regulamentos claros, o que contribui para a legitimidade da política e reduz conflitos entre estudantes.

Na UFMS, por exemplo, a definição de condicionalidades para a manutenção do benefício – como desempenho acadêmico mínimo e renovação periódica com comprovação de renda – confere maior previsibilidade ao processo. Embora esse modelo apresente uma maior burocracia, sua efetividade reside na racionalização do uso de recursos limitados e no incentivo à permanência acadêmica com desempenho adequado.

Além disso, ao considerar essa perspectiva no âmbito da UnB e da UFG, verifica-se esforços em associar a seleção a critérios socioeconômicos amplos, contemplando estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Essa perspectiva amplia o compromisso com a inclusão social e garante maior aderência da política às diretrizes do PNAES.

Para além da assistência estudantil *strito sensu*, observa-se que as IES tem implementado uma perspectiva de vinculação com as dimensões pedagógicas e psicossociais da permanência. Nesse contexto, verifica-se que as três universidades analisadas demonstram que a permanência só é efetivamente assegurada quando os auxílios financeiros se articulam a serviços de acompanhamento acadêmico, orientação pedagógica e atenção à saúde mental.

Na UnB, por exemplo, observa-se que essa integração resulta em maiores taxas de diplomação entre beneficiários, indicando que o suporte oferecido transcende o caráter material e alcança a dimensão subjetiva da permanência. Desse modo, verifica-se que esse modelo se aproxima da concepção de assistência estudantil

como parte do processo formativo integral do estudante, e não apenas como mecanismo de compensação de carências econômicas.

Baseando-se nessa perspectiva, evidencia-se que a UFG, ao implementar o Programa Acolhe UFG, voltado a ingressantes, exemplifica uma boa prática de acolhimento inicial que favorece a adaptação acadêmica. Essa estratégia reconhece que o período de ingresso é particularmente crítico para a evasão, sendo necessário oferecer suporte imediato para reduzir as dificuldades de integração ao ambiente universitário.

#### *4.4.4 Soluções e Indicadores para o Fortalecimento da Permanência*

Para além das recomendações, é fundamental que as universidades avancem na formulação de soluções estruturais e integradas para a consolidação da permanência estudantil. Isso requer a institucionalização de políticas de governança da assistência estudantil, com processos contínuos de planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados. A criação de comitês permanentes de acompanhamento do PNAES, compostos por gestores, estudantes e técnicos, pode fortalecer a transparência, a equidade na concessão de benefícios e o alinhamento das ações às demandas reais dos discentes.

Como solução de médio e longo prazo, sugere-se que as instituições desenvolvam planos estratégicos de permanência, articulando assistência financeira, acompanhamento pedagógico e atenção psicossocial. Esses planos devem integrar políticas de saúde mental, inclusão digital, parentalidade, acessibilidade e apoio pedagógico, assegurando que o conceito de assistência estudantil se amplie para uma política de formação integral. A experiência da UnB, ao associar os auxílios financeiros a serviços de apoio psicológico e pedagógico, evidencia que a integração entre dimensões materiais e subjetivas potencializa a efetividade da política. Do mesmo modo, programas como o “Acolhe UFG” e a manutenção de creches na UFMS demonstram que ações de acolhimento e apoio à parentalidade reduzem significativamente as taxas de evasão nos primeiros semestres.

No campo operacional, recomenda-se a adoção de sistemas unificados de gestão da assistência estudantil, capazes de reunir dados sobre concessões, perfis socioeconômicos, frequência, desempenho acadêmico e tempo de permanência. Tais instrumentos permitem identificar gargalos na execução dos programas, otimizar o

uso dos recursos e subsidiar decisões baseadas em evidências. Além disso, sugere-se o fortalecimento da cooperação interinstitucional entre as IFES da região Centro-Oeste, com intercâmbio de boas práticas e desenvolvimento de protocolos comuns de avaliação.

Para avaliar o impacto e o alcance das ações propostas, é necessário estabelecer indicadores quantitativos e qualitativos que permitam acompanhar a efetividade da política de assistência estudantil. Entre os principais indicadores sugeridos, destacam-se:

- **Indicadores de acesso e cobertura:** número e percentual de estudantes beneficiados em relação ao total de matriculados; distribuição por gênero, raça, renda e região de origem.
- **Indicadores de desempenho e permanência:** taxa de evasão e de retenção entre beneficiários e não beneficiários; taxa de conclusão de curso no tempo regular; evolução do coeficiente de rendimento acadêmico (CRA) dos beneficiários.
- **Indicadores de eficiência da gestão:** tempo médio de análise e concessão dos auxílios; proporção entre recursos disponíveis e demanda atendida; nível de descentralização dos programas.
- **Indicadores de impacto psicossocial e pedagógico:** número de atendimentos em serviços de apoio; índices de satisfação estudantil; percepção sobre pertencimento institucional e acolhimento.
- **Indicadores de governança e transparência:** existência de comitês de acompanhamento, publicação periódica de relatórios de execução, participação estudantil nos processos decisórios e auditorias internas sobre a execução orçamentária.

Por fim, a adoção desses indicadores e a implementação das soluções propostas podem subsidiar a criação de uma plataforma regional de monitoramento da assistência estudantil, que reúna dados das universidades da região Centro-Oeste. Tal instrumento permitiria a construção de diagnósticos comparativos e a definição de metas conjuntas para redução da evasão e promoção da equidade no ensino superior público. Assim, a política de permanência deixaria de ter um caráter reativo e passaria a integrar, de forma estratégica e propositiva, o planejamento institucional das universidades federais brasileiras.

## **5. PRODUTO TÉCNICO**

### **PLANO INTEGRADO DE MONITORAMENTO E FORTALECIMENTO DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE**

#### **1. Apresentação**

O presente plano técnico foi elaborado a partir da pesquisa intitulada “Assistência Estudantil no Ensino Superior: Uma análise da política institucional em três Universidades do centro-oeste”, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Brasília, cujo tema centra-se na análise da política de assistência estudantil no ensino superior e sua efetividade em três universidades federais da região Centro-Oeste: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A investigação revelou avanços significativos desde a consolidação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, e, mais recentemente, regulamentado pela Lei nº 14.914/2024. No entanto, também evidenciou desafios comuns que comprometem a efetividade da política, especialmente quanto à ausência de monitoramento sistemático, à fragmentação institucional e à insuficiência de indicadores que expressem com precisão a realidade da permanência estudantil.

A partir desse diagnóstico, este plano propõe um instrumento de aplicação prática destinado às Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis (PRAEs) e demais setores responsáveis pela gestão da assistência estudantil nas universidades federais da região. Seu propósito é subsidiar processos de gestão, avaliação e acompanhamento das ações voltadas à permanência, de forma integrada e contínua, orientando a formulação de políticas institucionais mais eficazes e equitativas.

#### **2. Introdução teórico-conceitual**

A assistência estudantil consolidou-se como uma das principais políticas de democratização do ensino superior, essencial para garantir o acesso e, sobretudo, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No

contexto da expansão das universidades federais e da ampliação das cotas sociais e raciais, a permanência tornou-se condição estratégica para a efetivação do direito à educação e para o cumprimento da função social das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A análise empreendida nas universidades UnB, UFG e UFMS demonstrou que, embora os princípios do PNAES sejam amplamente reconhecidos, a execução cotidiana das ações ainda carece de mecanismos unificados de avaliação e monitoramento. Em todas as três universidades, verificou-se a existência de programas consolidados, porém organizados de forma setorial e com sistemas de informação desarticulados, dificultando a mensuração de resultados e o planejamento baseado em evidências.

Com base nessas constatações, o presente plano propõe a criação de um modelo integrado de monitoramento que possibilite a consolidação de dados, a padronização de indicadores e a construção de uma cultura de avaliação contínua, orientada pela melhoria da gestão pública e pela eficiência da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil.

### **3. Fundamentação e relação com a pesquisa**

Os resultados obtidos na pesquisa evidenciaram a ausência de instrumentos de acompanhamento comparável entre as três universidades analisadas. Enquanto a UnB apresenta avanços na transparência dos processos seletivos e na divulgação de dados de perfil socioeconômico, a UFG possui um sistema de concessão informatizado, mas ainda sem cruzamento direto com indicadores de desempenho acadêmico. Já a UFMS, embora disponha de estrutura consolidada de apoio psicológico e pedagógico, não integra plenamente essas ações ao controle orçamentário e às políticas de auxílio.

Esses achados revelam que o desafio das universidades federais não está na ausência de políticas, mas na falta de integração entre as dimensões administrativa, financeira e pedagógica da permanência. Assim, o plano que ora se apresenta tem como fundamento a articulação entre gestão, monitoramento e avaliação, com vistas à consolidação de um sistema regional de referência para a permanência estudantil.

### **4. Objetivos**

#### 4.1 Objetivo geral

Instituir um modelo integrado de monitoramento e fortalecimento da política de permanência estudantil nas universidades federais da região Centro-Oeste, com base em indicadores técnicos, ações articuladas e avaliação sistemática dos resultados.

#### 4.2 Objetivos específicos

- Padronizar os indicadores de acompanhamento e desempenho das ações de assistência estudantil.
- Promover a integração de dados acadêmicos, socioeconômicos e orçamentários.
- Subsidiar relatórios técnicos e tomadas de decisão institucionais com base em evidências.
- Fortalecer a gestão participativa e a transparência das políticas de permanência.
- Reduzir os índices de evasão e ampliar a efetividade do PNAES nas IFES.

### **5. Metodologia de elaboração do plano**

O plano foi construído com base nos dados empíricos obtidos na pesquisa de campo realizada nas três universidades federais analisadas, nas normativas legais que regem o PNAES e nas boas práticas identificadas ao longo do estudo. O processo de elaboração seguiu quatro etapas principais:

1. Diagnóstico comparativo das estruturas institucionais e dos fluxos de concessão e acompanhamento da assistência estudantil.
2. Mapeamento dos indicadores de vulnerabilidade, evasão e desempenho acadêmico.
3. Desenvolvimento de eixos de intervenção, voltados à integração e ao monitoramento contínuo.
4. Definição de estratégias operacionais e de mecanismos de avaliação, replicáveis em outras instituições.

## **6. Estrutura do plano integrado**

O Plano está estruturado em quatro eixos estratégicos, que correspondem às principais fragilidades e potencialidades identificadas na pesquisa empírica.

### **Eixo 1 – Diagnóstico e monitoramento:**

Busca estabelecer mecanismos padronizados de coleta e análise de dados sobre evasão, desempenho acadêmico, concessão de auxílios e perfil socioeconômico. Propõe a criação de um Painel Integrado de Permanência, vinculado às PRAEs, com atualização semestral e integração aos sistemas acadêmicos (SIGAA, SIE ou equivalentes).

Os principais indicadores deste eixo incluem:

- Taxa de evasão entre beneficiários e não beneficiários;
- Taxa de conclusão no tempo regular;
- Tempo médio de espera por auxílio;
- Renda per capita média dos beneficiários;
- Índice de sobreposição de auxílios.

### **Eixo 2 – Gestão e transparência**

Visa garantir a clareza dos processos e o controle institucional das ações de assistência estudantil. Recomenda-se a elaboração de Guias Digitais de Acesso e Permanência, publicação periódica de relatórios orçamentários e criação de um Protocolo Unificado de Seleção e Renovação, com critérios públicos e rastreáveis. A integração entre PRAE, setor de comunicação institucional e controle interno é essencial para assegurar a transparência e a legitimidade do processo.

### **Eixo 3 – Integração intersetorial**

Tem como finalidade aproximar as políticas de assistência estudantil das dimensões pedagógica e psicossocial. Propõe a criação de Comissões Intersetoriais de Permanência, compostas por representantes da PRAE, Pró-Reitorias de

Graduação, Extensão e Assuntos Comunitários, bem como serviços de psicologia e pedagogia. Essas comissões devem formular planos integrados de acompanhamento individualizado e promover ações conjuntas de acolhimento, orientação e mentoria acadêmica.

#### **Eixo 4 – Avaliação e aprendizagem institucional**

Prevê a consolidação de uma cultura de avaliação contínua das ações e resultados, com base em relatórios semestrais de desempenho e questionários de satisfação aplicados aos estudantes beneficiários. O eixo orienta a elaboração de um Relatório Anual de Resultados da Permanência Estudantil, documento público que sintetize os avanços, desafios e recomendações, fortalecendo o ciclo de aprendizagem institucional.

#### **7. Indicadores institucionais e painel de monitoramento**

O painel proposto é o principal instrumento de gestão do plano. Ele permitirá a integração de dados quantitativos e qualitativos e servirá como base para a elaboração de relatórios institucionais e prestação de contas junto ao MEC e ao FONAPRACE.

Indicadores prioritários:

- Evasão entre ingressantes e concluintes;
- Taxa de permanência média por curso;
- Média de desempenho acadêmico dos bolsistas;
- Percentual de estudantes com atendimento psicopedagógico;
- Tempo médio de resposta a solicitações de auxílio.

Cada universidade poderá adaptar o painel conforme sua estrutura tecnológica, desde que mantenha a periodicidade semestral e a comparabilidade dos dados.

#### **8. Protocolo de gestão e fluxo operacional**

O fluxo de gestão da assistência estudantil deve contemplar quatro etapas integradas:

1. Planejamento e diagnóstico anual: levantamento de dados orçamentários e de demanda.
2. Execução e acompanhamento: concessão dos auxílios, registro dos atendimentos e acompanhamento individualizado.
3. Avaliação formativa: análise dos indicadores e adequação das ações.
4. Prestação de contas e transparência: divulgação de resultados e envio de relatórios institucionais.

Esse fluxo permite maior eficiência administrativa e garante o alinhamento entre os objetivos institucionais e os princípios do PNAES.

## 9. Cronograma ampliado

<b>Etapa</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
<b>1</b>	Criação da Comissão Intersetorial de Permanência	PRAE e Reitoria	1º trimestre
<b>2</b>	Padronização de indicadores e consolidação de dados	PRAE / DAC	2º trimestre
<b>3</b>	Desenvolvimento e implantação do painel integrado	PRAE / CPD	3º trimestre
<b>4</b>	Elaboração do Guia Digital e protocolo unificado	PRAE / Comunicação	4º trimestre
<b>5</b>	Avaliação e publicação do Relatório Anual de Permanência	Comissão Intersetorial	12 meses

## 10. Aplicabilidade e viabilidade institucional

O plano é aplicável de forma imediata e escalonada, podendo ser executado em até 12 meses. As três universidades analisadas dispõem de estrutura administrativa e técnica compatível com sua implementação, bastando a adequação dos fluxos e a priorização orçamentária.

A UnB apresenta condições tecnológicas avançadas, sendo ideal para implementação piloto do painel integrado. A UFG pode atuar como referência na unificação de protocolos e editais, enquanto a UFMS contribui com sua experiência em atendimento psicossocial e pedagógico integrado.

## 11. Sustentabilidade e replicabilidade

O modelo proposto é sustentável financeiramente, pois depende essencialmente de reorganização administrativa e tecnológica, não da criação de novos programas. A replicabilidade é garantida pela compatibilidade com o PNAES e pela flexibilidade dos indicadores, que podem ser ajustados à realidade de outras universidades federais.

O plano pode ser incorporado aos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos Relatórios de Gestão das IFES, tornando-se um instrumento permanente de monitoramento e prestação de contas.

## **12. Referências normativas e legais**

O plano está fundamentado nas seguintes normativas:

- Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Lei nº 14.914, de 27 de junho de 2024 – Dispõe sobre o PNAES e dá outras providências;
- Diretrizes e Relatórios do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE).

## **13. Considerações finais**

O Plano Integrado de Monitoramento e Fortalecimento da Permanência Estudantil nas Universidades Federais da Região Centro-Oeste constitui uma proposta técnica voltada à consolidação da assistência estudantil como política pública de Estado.

Ao articular diagnóstico, gestão e avaliação, o plano responde diretamente às lacunas identificadas na pesquisa e propõe um modelo de gestão institucional que pode ser adotado em escala regional e nacional.

Mais do que um instrumento de monitoramento, trata-se de uma ferramenta de transformação institucional, capaz de fortalecer o compromisso das universidades com a equidade, a inclusão e a democratização efetiva do ensino superior brasileiro.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil, formalizada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), desempenha um papel demasiadamente importante na promoção da permanência e conclusão dos cursos de graduação nas universidades federais da região Centro-Oeste. A pesquisa, que utilizou o método de análise documental para examinar as políticas da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade de Brasília (UnB), validou a hipótese de que a implementação de políticas de assistência, aliada a estratégias integradas, impacta positivamente a trajetória acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido a avaliação comparativa das três instituições permitiu identificar modelos distintos de operacionalização do PNAES, que, apesar de compartilharem o objetivo central de mitigar a evasão, refletem as particularidades e os desafios de cada universidade.

Nesse contexto, a Universidade Federal de Goiás (UFG), por exemplo, demonstrou uma abordagem focada na diversificação programática, com a criação de auxílios específicos que vão além do suporte financeiro básico. A Bolsa Canguru para estudantes com filhos e o apoio diferenciado para estudantes indígenas e quilombolas, entre outros programas, evidenciam um reconhecimento da complexidade das vulnerabilidades socioeconômicas, que não se restringem à falta de renda.

Esse modelo, por sua vez, demonstra a existência de uma política que busca atender demandas complexas e multifacetadas, fortalecendo o senso de pertencimento e a permanência de públicos historicamente marginalizados. Por outro lado, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) adotou um modelo de focalização e centralização, onde o Auxílio Permanência funciona como o principal instrumento de apoio financeiro. Em razão disso, a política da instituição prioriza a eficiência e a racionalização dos recursos por meio de critérios rigorosos de elegibilidade e acompanhamento regular, buscando otimizar o uso da verba disponível para atender o maior número de estudantes de maneira pragmática e contínua.

Concomitantemente, ao analisar a Universidade de Brasília (UnB), verifica-se a existência de um modelo dinâmico e adaptável, respondendo a demandas crescentes e específicas da comunidade estudantil, como é o caso de auxílios para creche e transporte. Dessa forma, a UnB utiliza indicadores quantitativos de

efetividade para monitorar o desempenho e a permanência de seus beneficiários, e a alteração recente do limite de acúmulo de auxílios demonstra um esforço institucional de redistribuir os recursos de forma mais ampla e, por sua vez, atingir o maior número de estudantes.

Desse modo, ao comparar os dados das três IES, verifica-se que ao oferecerem condições materiais, pedagógicas e de acolhimento, as políticas de assistência estudantil contribuem significativamente para o sucesso acadêmico. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que o suporte financeiro é fundamental, mas sua efetividade é potencializada pela integração com serviços de apoio acadêmico, orientação pedagógica e atenção à saúde mental, elementos que as três universidades têm buscado incorporar em suas estratégias.

Todavia, evidencia-se que apesar dos avanços, persistem desafios importantes, como a necessidade de padronização de indicadores entre as instituições, a busca por maior previsibilidade orçamentária e a expansão de programas focalizados de alto impacto. Com isso, observou-se que a experiência comparada da UFG, UFMS e UnB evidenciam que, embora não exista um modelo único de para alcançar a efetividade da política, a assistência estudantil tem sido uma ferramenta importante para o acesso ao direito à educação superior pública no Brasil.

Por fim, a realização da pesquisa apresentou um conjunto de desafios. Desse modo, pode-se destacar que um dos maiores desafios identificados, e que permeia a gestão da assistência estudantil nas três universidades, consiste na ausência de padronização e na fragmentação das informações. Desse modo, a dificuldade em obter dados de forma homogênea e transparente, bem como a falta de disposição desses dados em bancos e repositórios abertos, trouxeram desafios adicionais e que limitaram, por sua vez, o alcance da análise.

Concomitantemente, as formas de divulgação dos dados e relatórios, muitas vezes distantes de uma linguagem acessível e concentradas em documentos institucionais dispersos, dificultam o acesso não apenas para o pesquisador, mas também para a comunidade em geral, que busca compreender a efetividade desses programas. Essa lacuna metodológica ressalta a necessidade premente de as instituições adotarem uma cultura de dados abertos e de padronização de indicadores, o que permitiria avaliações mais profundas e contribuiria para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 512-528, 2017.
- ANGOTTI, José André Peres; AUTH, Milton Antonio. Ciência e tecnologia: implicações sociais e o papel da educação. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 7, p. 15-27, 2001.
- ARAÚJO, Halisson Leonardo Albuquerque. **A Assistência Estudantil No Cumprimento dos Seus Objetivos: Um Estudo Exploratório no Campus Parnamirim do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal).
- ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017.
- ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor et al. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 03, p. 722-743, 2019.
- ARAÚJO, Vagner Campos de. **Ações de assistência estudantil em saúde mental frente ao sofrimento psíquico em graduandos nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Saúde, Socioedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.
- BARROSO, Eloisa Pereira et al. A política de assistência estudantil da UnB: construção e desafios na garantia do direito à educação superior pública e gratuita. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 8, n. 1, p. 77-99, 2024.
- BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. e329414, 2017.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 37-53, 2018.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2007. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)> Acesso em: Jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)> Acesso em: Dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)> Acesso em: Jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2024. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm)> Acesso em: Jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: Dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: Jan. 2025.

BRASIL. Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Brasília, **Ministério da Educação**, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)> Acesso em: Jan. 2007.

CARDOSO, Gil Célio de Castro; CRUZ, Danielle Maia; BEZERRA, Gabriella Maria Lima. **Avaliação de políticas públicas**: Perspectivas contra-hegemônicas no século XXI. Fortaleza: EdUFC, 2020.

DUGAND, Adriana Gaviria; BRANDAO, Andre Augusto Pereira. A teoria da mudança como ferramenta avaliativa do desenho dos programas sociais: o caso das ações estruturantes para comunidades quilombolas. **Meta: Avaliação**, v. 9, n. 25, p. 110-140, 2017.

ESTRADA, Adrian Alvarez. Permanência na educação superior: aspectos da assistência estudantil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 1, 2014.

FERNANDES, Rebeca Vasconcelos. **Programa de Bolsa Permanência—uma avaliação das possibilidades para a conclusão do ensino superior do estudante vulnerável na UFT/Campus de Gurupi**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal de Gurupi, Gurupi, 2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). Centro-Oeste. **Fonaprace**, 2024. Disponível em: <<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/universidades-por-regiao/centro-oeste/>> Acesso em: Jan. 2025.

GARCIA, Rosineide. SANTANA, Carine, **Avaliação de políticas públicas**: concepções, modelos e casos. Cruz das Almas, UFRB, 2020.

GERTLER, Paul J. et al. **Avaliação de Impacto na Prática, segunda edição**. World Bank Publications, 2018.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2017.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes et al. O uso da Teoria da Mudança para avaliar a integração curricular da extensão universitária. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p. e6157050-e6157050, 2023.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, p. 285-303, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior – 2023. **INEP**, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>> Acesso em: Jan. 2024.

JACQUINET, Marc. **O que é a “teoria da mudança”?**. Lisboa: Universidade Aberta, 2021.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Aliena, 2012.

JESUS, Jacqueline Alves. **Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES nos institutos federais de educação: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

JUCÁ, Leina. **Veredas e (re) configurações da formação docente**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2021.

KANASHIRO, Fernanda Vasconcelos et al. A importância da Assistência Estudantil no combate à evasão no ensino médio integrado do IFSP–Campus Registro. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 9, p. e20249565-e20249565, 2024.

LAGO, Tânia Maria; GONÇALVES, Lina Maria. Permanência x evasão na Universidade de Gurupi. **Educere et Educare**, v. 17, n. 42, p. 1-21, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. **Revista psicologia política**, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MELO, Eduardo Cardoso et al.. Caracterização da assistência estudantil no IFMG e o seu papel na construção de possibilidades para os estudantes. **Educação Online**, v. 19, n. 46, p. e24194611-e24194611, 2024.

MELO, Maria Rosângela. **A assistência estudantil no contexto da "reforma" do ensino superior público no Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2013.

NASCIMENTO, Maria Eduarda Martins. **Assistência estudantil e evasão dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba-Campus IV**, 2021.

PARANHOS, Ranulfo et al. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, p. 384-411, 2016.

QUINTINO, Eliana Maria; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Evasão discente no Ensino Superior: um estudo na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)-Campus Pontes e Lacerda. **Revista Educação e Linguagem**, v. 7, p. 71-90, 2020.

REZENDE, Flávio da Cunha. Da exogeneidade ao gradualismo: inovações na teoria da mudança institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 113-130, 2012.

RIBEIRO, Raquel da Silva. **Política de assistência estudantil: limites e possibilidades para formação de uma rede de atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Modalidade Profissional, 2020.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, 2009.

SANTOS, José da Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, p. 385-402, 2017.

SANTOS, Silvano et al. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 02, p. 260-280, 2022.

SCHER, Aline Juliana; OLIVEIRA, Edson Marques. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, p. 5-26, 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global**. São Paulo: 1993.

SILVA, Rogério Renato. Teorias de mudança: Lógica, processo e uso. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 4, n. 18, 2020.

TOMAZINI, Carla. **Mudança de políticas públicas: a força das ideias**. Brasília: Enap, 2021.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 529-550, 2008.

TREVISOL, Joviles Vítório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 01, p. 22-32, 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). Anuário Estatístico – 2024. Ano-base: 2023. Brasília, UNB, 2024a. Disponível em: <<https://anuario2024.netlify.app/index.html#inova%C3%A7%C3%B5es-destavers%C3%A3o>> Acesso em: Jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Relatório da Comissão Permanente Ação Orçamentária 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino Superior(PNAES, PROMISAES e INCLUIR)**. Brasília: UNB, 2024c. Disponível em: <[https://dac.unb.br/images/RELATRIO\\_AO\\_4002\\_2023\\_F.pdf#page=31.80](https://dac.unb.br/images/RELATRIO_AO_4002_2023_F.pdf#page=31.80)> Acesso em: Jun. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). Relatório de Gestão da DDS -2021 – 2024. Brasília, UNB, 2024b. Disponível em: <[https://dds.dac.unb.br/wp-content/uploads/2025/02/Relatrio\\_Gesto\\_DDS\\_2021\\_2024.pdf](https://dds.dac.unb.br/wp-content/uploads/2025/02/Relatrio_Gesto_DDS_2021_2024.pdf)> Acesso em: Jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Analisa – UFG. Goiânia, UFG, 2025. Disponível em: <<https://analisa.ufg.br/p/32231-extensao>> Acesso em: Abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Assistência Estudantil. Goiânia, UFG, 2025. Disponível em: <<https://prae.ufg.br/>> Acesso em: Abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Números – UFMS. UFMS, 2025. Disponível em: <<https://numeros.ufms.br/>> Acesso em: Mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Relatório de gestão – 2024**. Campo Grande: UFMS, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. Resolução nº 124-COUN/UFMS, de 31 de agosto de 2021. Campo Grande, UFMS, 2021. Disponível em: <[https://proaes.ufms.br/files/2021/10/Res.-124\\_2021\\_Aprova-Programa-de-Assistencia-Estudantil-1.pdf](https://proaes.ufms.br/files/2021/10/Res.-124_2021_Aprova-Programa-de-Assistencia-Estudantil-1.pdf)> Acesso em: Abr. 2025.

VASCONCELLOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, 2010.

VIEIRA, Julia Elena et al. Teoria da Mudança e políticas públicas: Uma revisão integrativa. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 34, 2023.

VOGEL, Isabel. **Review of the use of “Theory of Change” in international development**. Londres: UK Department for International Development, 2012.

WEISS, Carol. H. Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-Based Evaluation for comprehensive community initiatives for Children and Families. **New Approaches to Evaluating Community Initiatives: Concepts, Methods, and Contexts**, v. 1, 1995.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista brasileira de educação**, v. 11, p. 226-237, 2006.

ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação em foco**, v. 19, n. 27, p. 145-169, 2016.